

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FERNANDA FEKETE COELHO

**Diálogos entre geografia e literatura: análise sobre migrações e mobilidade da
força de trabalho em *Terra Sonâmbula***

São Paulo
2021

FERNANDA FEKETE COELHO

**Diálogos entre geografia e literatura: análise sobre migrações e mobilidade da
força de trabalho em *Terra Sonâmbula***

Versão Original

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C672d Coelho, Fernanda Fekete
 Diálogos entre geografia e literatura: análise
 sobre migrações e mobilidade da força de trabalho em
 Terra Sonâmbula / Fernanda Fekete Coelho; orientador
 Carlos de Almeida Toledo - São Paulo, 2021.
 90 f.

 TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
 de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
 Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

 1. Mobilização da força de trabalho. 2. Migrações.
 3. Literatura moçambicana. 4. Territorialização do
 capital. 5. Terra Sonâmbula. I. Toledo, Carlos de
 Almeida, orient. II. Título.

RESUMO

COELHO, Fernanda Fekete. **Diálogos entre geografia e literatura:** análise sobre migrações e mobilidade da força de trabalho em *Terra Sonâmbula*. 2020. 90 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Este estudo tem como proposta a análise do romance *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, sob o enfoque da mobilização da força de trabalho e das práticas migratórias ocorridas durante o período da guerra civil moçambicana retratados na obra. Tais fenômenos foram contextualizados nos diferentes momentos do processo de modernização, cujo sentido é a acumulação e a produção de mercadorias para o mercado europeu. A mobilização da força de trabalho, intrínseca ao processo de modernização, constitui o capital enquanto relação social de dominação que promove a destruição de sociedades não capitalistas através da imposição violenta das relações de trabalho a esses grupos. O processo de territorialização do capital nos espaços ocupados por essas sociedades, as quais territorializavam-se em territórios linhageiros, formará o Estado colonial moçambicano e, posteriormente, Estado nacional socialista. A utilização do romance enquanto fonte de pesquisa permite a compreensão do processo de modernização e de suas diferentes estratégias de violência e aniquilação a partir da perspectiva dos sujeitos submetidos a essa violência.

Palavras-chave: Terra Sonâmbula. Mia Couto. Mobilização da força de trabalho. Territorialização do capital. Migrações. Literatura moçambicana.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 ASPECTOS DE <i>TERRA SONÂMBULA</i>	9
2.1 <i>TERRA SONÂMBULA</i>: O AUTOR	9
2.2 <i>TERRA SONÂMBULA</i>: A OBRA	11
2.3 <i>TERRA SONÂMBULA</i>: UMA HISTÓRIA DENTRO DE OUTRAS HISTÓRIAS	12
2.4 <i>TERRA SONÂMBULA</i> NO ESPAÇO E NO TEMPO	15
2.4.1 As paisagens de <i>terra sonâmbula</i>	15
2.4.2 O tempo de <i>terra sonâmbula</i>	16
3. A INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE LITERATURA E GEOGRAFIA: ALGUMAS QUESTÕES	18
4. A MOBILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MOÇAMBIQUE E SUA EXPRESSÃO EM <i>TERRA SONÂMBULA</i>	24
5 O ENREDO E SEUS CONTEXTOS	29
5.1 “A ESTRADA MORTA” E “PÁGINAS DA TERRA”: A GUERRA EM DIÁLOGO COM GEFFRAY.	29
5.1.1 O fator externo e o surgimento dos bandidos	31
5.2.1 <i>FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM MOÇAMBIQUE</i>	35
5.2.1.1 Sistema linhagístico ou o tempo em que o mundo tinha a nossa idade	36
5.2.1.2 Sistema colonial: origens da perda de sentido da vida e a territorialização do capital	42
5.2.1.2.1 Da ocupação colonial para a formação do estado colonial.	42
5.2.1.2.2 Formação do Estado colonial: a terra em desmandados maus tratos	44
5.2.1.3 <i>A revolução e a formação do Estado nacional moçambicano. Territorialização do capital e desmobilização da força de trabalho</i>	64
5.2.1.3.1 <i>A modernização tardia: o dever ao trabalho, a terra e o fim do princípio transcendental</i>	65

5.2.1.3.2 O Estado nacional também tem trabalho forçado e tributação da população	73
5.2.3.3 O Estado socialista e as tais rupturas com o colonialismo	73
5.2.1.3.4 Desterritorialização do capital, desmobilização da força de trabalho	76
5.3 DE VOLTA AO COMEÇO-FIM: A GUERRA VIROU A ÚNICA MACHAMBA	77
5.4 CENTROS DE REFUGIADOS OU CAMPO DA MORTE	81
6 CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar o romance *Terra Sonâmbula* sob o enfoque da mobilização da força de trabalho e do fenômeno das migrações em Moçambique. Publicada no ano de 1992, a obra de estreia de Mia Couto, escritor e biólogo moçambicano, desenvolve-se em Moçambique no período pós-independência, país que à época sofria com a devastação causada pela guerra civil.

O conjunto de tópicos que compõe a primeira parte, Principais Aspectos de *Terra Sonâmbula*, pretende esclarecer objetivamente os leitores, especialmente aqueles que não conheçam com a obra, a respeito de algumas características literárias do romance.

Desse modo, apresentamos uma pequena biografia do autor, situamos a obra em seu contexto literário e pontuamos os aspectos da estrutura narrativa do romance. Além disso, optamos também por fazer um breve resumo do enredo, organizando-o segundo as ações dos personagens principais para, nessa linha, situar as paisagens e os momentos históricos pelos quais o enredo se desenrola.

A segunda parte dessa pesquisa, que tem início com o tópico A mobilização da força de trabalho em Moçambique e sua expressão em *Terra Sonâmbula*, centra a análise do romance sob a perspectiva da mobilização da força de trabalho e das práticas migratórias em Moçambique, dando enfoque especialmente ao período em que se passa o enredo. Isso porque os personagens representados na trama estão submetidos ao que se pode considerar um deslocamento espacial forçado, por estarem em constante fuga da guerra civil que está disseminada por todo o país. Consideramos que a guerra civil e os deslocamentos forçados que marcam o romance são fenômenos oriundos do processo de modernização.

Nesse sentido, o conceito de mobilização da força de trabalho, característica intrínseca do processo de modernização que funda a sociedade do trabalho, permite-nos entender os diferentes padrões de territorialidade que se formam a partir da destruição das sociedades não capitalistas. A formação de Moçambique – inicialmente um Estado colonial e, depois, um Estado nacional em crise – é exemplo disso.

Terra Sonâmbula, obra escrita por um homem branco, falante de língua portuguesa, filho de portugueses, retrata em suas páginas a destruição de “todo um mundo”, quando alguns personagens que representam as “tradições” perecem. Em outras palavras, através das histórias narradas no romance, é possível identificar o

processo de destruição das sociedades não capitalistas inaugurado pela formação das relações de trabalho em Moçambique.

Por fim, analisaremos Terra Sonâmbula através da contextualização do enredo em três conjunturas distintas pelas quais passa a ficção. A conjuntura dos sistemas linhagísticos, que caracteriza as sociedades não capitalistas que sofrerão o processo de destruição no momento em o capital inicia seu processo de territorialização nos espaços habitados por essas sociedades. A conjuntura inaugurada pelo sistema colonial, em que buscamos explicar a formação das relações de trabalho e a formação do Estado colonial moçambicano. E a conjuntura do sistema socialista, a partir da qual buscamos explicar a continuidade do processo de modernização e a formação do Estado nacional socialista.

2 ASPECTOS DE *TERRA SONÂMBULA*

Optamos por inaugurar o presente trabalho com uma apresentação de *Terra Sonâmbula*. Para tanto, daremos início à nossa exposição com uma pequena biografia de Mia Couto, o sujeito produtor da narrativa. A seguir, contextualizaremos brevemente o romance em relação ao movimento literário no qual a trama se enquadra. Quanto ao enredo, o apresentaremos em duas partes: a primeira trará os aspectos principais da estrutura narrativa e uma curta explicação a respeito da forma como o romance se organiza; a segunda será um resumo, com a síntese de cada parte da obra. Por fim, iremos expor as paisagens que predominam nos diferentes focos narrativos da obra, cujo espaço ficcional é Moçambique, e destacaremos os marcadores históricos (anos, datas, eventos políticos) percorridos na ficção.

A pretensão é que, ainda que concisas, as descrições supram possíveis dúvidas dos leitores nos momentos em que a análise geográfica se fizer nebulosa e complexa.

2.1 *Terra Sonâmbula*: o autor

Não é necessário conhecer a biografia de quem escreveu um romance para compreendê-lo. As palavras têm vida própria e falam por si. Contudo, a experiência de leitura de uma obra pode ser apurada se o leitor tiver noção a respeito do contexto histórico, social e, por que não, geográfico que podem ter funcionado como fonte de inspiração para a sua criação. Com efeito, o que é “externo” ao sujeito é decisivo na constituição de sua subjetividade.

Em outras palavras, o mundo ficcional construído neste romance derivou de um mundo objetivo: o mundo de Mia Couto. Assim, certos aspectos de sua trajetória pessoal e profissional são de importância significativa para compreendê-lo. Afinal, todo texto suscita a vivência quotidiana do escritor, de modo que nenhuma inspiração criativa é obra do acaso.

Antônio Emílio Leite Couto é um homem africano branco. “Mia” é o pseudônimo adotado na vida adulta e apelido que vem da infância e reflete sua paixão por gatos. Filho de imigrantes portugueses que se exilaram em Moçambique em razão de perseguições políticas, Couto nasceu em 1955 na importante cidade portuária de Beira, capital da Província de Sofala, Moçambique.

Crescendo junto à costa do Oceano Índico, Couto entrou em contato com a diversidade étnica e cultural própria de cidades portuárias. Essa vivência forneceu-lhe importantes elementos para a sua formação, que refletiriam futuramente em toda a sua obra.

Mia Couto se mudou de sua cidade natal para estudar medicina aos dezessete anos, na capital Lourenço Marques¹. Durante sua estada nesta cidade, engajou-se na luta contra o colonialismo português, filiando-se à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e se infiltrando no aparato jornalístico colonial. Devido ao empenho à causa da libertação colonial – e seu desinteresse no curso escolhido –, Couto deixou a universidade três anos após o ingresso.

Mesmos após a formalização da independência de Moçambique, o escritor permaneceu exercendo o jornalismo. A carreira, embora tenha durado pouco mais que uma década (1974-1985), foi bastante intensa: ele fez parte do *Tribuna*, foi diretor da revista semanal *Tempo* (1979-1981) e também do jornal *Notícias* (até 1985).

Durante esse período, Mia Couto militou politicamente. Mas por presenciar a profunda crise que se instaurou no país a partir de 1976, logo após a independência, o então jornalista desenvolveu um olhar crítico a respeito da condução política, econômica e social realizada pelos dirigentes do Estado.

Em 1986, Couto voltou à universidade para formar-se em biologia, especializando-se na área de ecologia, com produção acadêmica intensa nessa área – especialmente no estudo ecossistemas costeiros. Couto foi também um dos responsáveis pelo projeto da reserva natural da ilha de Inhaca, situada à entrada da baía de Maputo, no sul de Moçambique, produzido em 1992. Atualmente, é diretor da empresa especializada em produzir avaliações de impacto ambiental – *Empresa Impacto* – e professor na Universidade de Eduardo Mondlane, com atuação na área de Ecologia.

Foi no *Diário da Beira*, aos 14 anos, que um texto seu foi publicado pela primeira vez. Seu pai, também poeta e jornalista, enviara para ao jornal um poema do filho sem o seu conhecimento. Vencedor de diversos prêmios, Mia Couto é, atualmente, dono de um conjunto de suas obras considerado um cânone literário².

¹ Couto iniciou o curso de Medicina na então Universidade de Lourenço Marques. Após a Independência, a instituição passou a ser chamada de Universidade Eduardo Mondlane e a capital, Lourenço Marques, passou a se chamar Maputo.

² Termo que designa um corpo de obras (e seus autores) consideradas social e institucionalmente “geniais”, “perenes” e “grandes”, que comunicam valores humanos essenciais, as quais, por essas características, são dignas de serem estudadas e transmitidas por gerações.

2.2 Terra Sonâmbula: a obra

Terra Sonâmbula é uma das obras de maior prestígio do escritor moçambicano Mia Couto. Publicada pela primeira vez em 1992 também é o seu primeiro romance.

Colônia de Portugal até o ano de 1975, Moçambique conquistou sua independência após uma década de conflito armado contra os portugueses. As instabilidades sociais e políticas, entretanto, deflagraram no país uma guerra civil que teria duração de 16 anos (1976-1992).

Terra Sonâmbula é ambientada em Moçambique pós-independência, justamente no período dessa devastadora guerra civil. Um melancólico retrato do país é construído por Couto através da trajetória das personagens Muidinga, Tuahir e Kindzu.

Considerada de perspectiva pós-colonial, *Terra Sonâmbula* valoriza a identidade cultural moçambicana e confere protagonismo ao homem africano, em oposição à literatura colonial que promovia o eurocentrismo. A produção literária durante a exploração colonial refletia sua política assimilacionista e, segundo Ana Cláudia da Silva (2010), representava o homem branco como “um herói mítico, um desbravador que levaria a civilização às terras inóspitas do continente africano”.

O pós-colonialismo, como movimento literário, originou-se a partir de discussões a respeito da representação estereotipada que o ocidente faz do oriente. Em oposição ao colonialismo, a escrita pós-colonial examina o discurso europeu, questionando suas estratégias discursivas e negando “o pretense universalismo da visão ocidental” (AFONSO, 2006, p. 546). Outra marca desse movimento literário é valorização das línguas *faladas* e da oralidade característica das populações indígenas.

Mia Couto frequentemente afirma ter sido influenciado pela cultura brasileira em sua escrita. Ao ouvir as músicas de Chico Buarque, Caetano Veloso e ler os romances de Jorge Amado, Guimarães Rosa e outros autores, Couto descobriu um “português sem Portugal”, uma língua inteira, um “outro português, mais açucarado, mais dançável, mais a jeito de ser nosso”³, o *pretuguês*⁴.

³ “Sonhar em Casa”, em *E Se Obama Fosse Africano?*, Cia. das Letras, São Paulo, 2011.

⁴ No artigo *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, Lélia Gonzalez designa esse termo para nomear e pensar criticamente a língua falada no Brasil: o *português brasileiro*. Segundo a autora, o *pretuguês*

Em *Terra Sonâmbula*, a personagem Dona Virginia personifica esse *português sem Portugal*. Essa personagem, esposa do colono latifundiário Romão Pinto, cria vínculos familiares com os negros, ao se tornar segunda mãe de Farida, “vavó” dos meninos negros que se empoleiram no muro para ouvir suas histórias, contadas numa maternal linguagem que misturava o português – sua língua materna – e o makwa⁵.

Vale destacar, por fim, que Couto constrói *Terra Sonâmbula* com elementos de *realismo fantástico*, cuja característica é a valorização do mágico e da fantasia constituintes da cosmovisão dos povos indígenas.

Couto adota o realismo fantástico em *Terra Sonâmbula* como procedimento narrativo a fim também de valorizar a oralidade. Nas sociedades tradicionais africanas, histórias, lendas, mitos, contos, provérbios etc. são muitas vezes o veículo pelo qual os valores e as crenças são transmitidos. O realismo fantástico é característico das obras literárias pós-coloniais. Esse estilo combina uma visão realista do mundo com elementos mágicos inseridos no contexto do cotidiano.

2.3 *Terra Sonâmbula*: uma história dentro de outras histórias

Terra Sonâmbula é uma obra estruturada em 22 capítulos onde duas histórias são protagonizadas por três personagens principais. Os capítulos ímpares narram a trajetória do velho Tuahir e do menino Muidinga; os pares apresentam as aventuras de Kindzu.

A obra se divide em narrativas fragmentadas, porque as ações dos personagens não se apresentam todas de uma vez. No primeiro capítulo tomamos contato com a história do velho e do menino que acham em seu caminho alguns cadernos que são, na verdade, uma espécie de diário que registram a trajetória de Kindzu, o outro personagem principal do romance. Assim, a narrativa das ações da dupla é interrompida a cada vez que o menino Muidinga lê para o velho Tuahir as aventuras de Kindzu, registradas em seus cadernos e, ao final de cada caderno, retoma-se à trajetória da dupla.

é a língua nascida a partir da mãe preta, a mulher escravizada que exercia a função de cuidar dos filhos dos senhores, transmitindo-lhes valores, o ensino da língua e uma série de outras coisas.

⁵ De acordo com o glossário do romance, trata-se de uma língua falada no norte de Moçambique.

Personagens secundários também compõem o romance. Eles aparecerem no desenvolvimento da trama na medida em que os personagens principais avançam em seus caminhos na busca da realização de seus desejos. Durante essas duas narrativas principais em trânsito, nas partes que narram as trajetórias do velho e do menino, eles conhecem em momentos distintos/pontuais/isolados outros personagens. Por outro lado, são nas páginas dos diários de Kindzu que estão presentes a maioria dos personagens secundários presentes na trama. Através das histórias narradas na obra, passado colonial e presente socialista se apresentam como partes de um quebra-cabeça embaralhado. Pouco a pouco, no decorrer das narrativas, essas partes se encaixam.

Pode-se inferir da obra que a trajetória do velho Tuahir e do menino Muidinga ocorre nos últimos anos da guerra civil de Moçambique pós-independência (entre os anos de 1985-1990). Os segmentos que correspondem aos registros do diário de Kindzu, por sua vez, têm teor retrospectivo. As ações mais antigas relatadas em seus cadernos se passam no fim do período colonial de Moçambique, no que seria a infância de Kindzu. As ações mais recentes desenrolam-se já com a guerra civil disseminada e marcam a saída de Kindzu de sua terra natal.

O romance se inicia com Tuahir e Muidinga caminhando juntos por uma estrada que atravessa a savana arbustiva, num cenário de desolação e desesperança, assentada na planície onde apenas os embondeiros contemplam o mundo a desflorir. O velho viveu a maior parte da sua vida no período colonial. Teve filhos que “quase não deixam memórias” (COUTO, 2019, p. 52), a exemplo de seu primogênito que morreu nas minas do Rand, realizando o trabalho de mineiro. Durante parte de sua vida, ainda no período colonial, trabalhou como ferroviário numa estação de trem, recebendo comboios, recepcionando passageiros e cuidando das dependências da estação. Depois que a guerra civil eclode e os equipamentos de infraestrutura de transporte se tornam alvos dos bandidos, os comboios deixaram funcionar e o velho fica sem trabalho.

Quando Tuahir chega em um campo de refugiados, vindo de longe, ele salva um menino – o mais claro e mirrado entre cinco crianças mortas. O garoto estava inconsciente porque comera maquela (mandioca azeda), tentando aplacar a fome. Em decorrência do envenenamento, perde a memória de suas origens e todo seu passado. Movido pela “saudade de ser pai” (COUTO, 2019, p. 52), Tuahir ajuda a criança a se recuperar e batiza-a com o nome de seu primogênito, Muidinga.

Acompanhado por Tuahir e motivado a recuperar sua memória, Muidinga tentará rastrear seu passado a fim de saber quem é e onde estão seus pais. Ambos caminham para fugir da guerra, mas também para tentar encontrar os pais o garoto. Em seus caminhos eles encontram, por acaso, os diários de Kindzu. A partir de então, na medida em que a dupla toma conhecimento dos acontecimentos relatados nos cadernos, a paisagem mudará gradativamente da savana arbustiva para o litoral – apesar desses personagens não se afastarem nunca dos arredores dos destroços do automóvel queimado onde se abrigam.

Nas ocasiões em que a dupla caminha em busca de alimentos, eles se deparam com outros personagens. O primeiro deles é o velho Siqueleto, último habitante de sua aldeia abandonada. Depois, eles se defrontam com Nhamataca, o fazedor de rios, antigo companheiro de profissão de Tuahir. Em outro momento, numa paisagem marcada por um campo de cultivo envolto pelo verde de árvores, Muidinga se depara com as idosas profanadoras. Depois, em um pasto próximo ao manguezal, o menino encontra um pastor de bois, na beira de um lago. O último caderno de Kindzu será lido por Muidinga em uma praia. Esse movimento das paisagens por que percorrem o velho e o menino vão de encontro a Kindzu logo antes deste personagem ser morto na beira da estrada.

O conteúdo dos cadernos relata a história de um jovem negro, de origem urbana, cuja família pertence a uma aldeia litorânea que se encontra numa vila que é sede de distrito. Logo no início dos relatos de sua história, tomamos contato com diversos personagens, os que pertencem a sua família (seu pai, Taímo, sua mãe e seu irmão caçula, Junho), os que moram em sua aldeia (os anciãos e o *feiticeiro*) e os que se situam na vila (o comerciante indiano Surendra Valá, seu funcionário Antoninho), e o pastor e professor Afonso.

As sucessões de eventos trágicos ocasionados pelos ataques perpetrados pelos bandidos no seio familiar do jovem, seguidos pelas perdas de seus amigos e destruição de sua vila, florescem em Kindzu o desejo de justiça que o induz a abandonar sua terra para se tornar um naparama⁶, deixando para trás sua mãe – única pessoa da família que lhe resta.

⁶ “guerreiros tradicionais, abençoados pelos feiticeiros, que lutavam contra os fazedores da guerra. Nas guerras do Norte eles tinham trazido a paz. Combatiam com lanças, zagaia, arcos. Nenhum tiro lhes incomodava, eles estavam blindados, protegidos contra balas.” (COUTO, 2019, p. 25).

Sua fuga desperta a ira do espírito de seu pai, que passa assombrar o rapaz. Buscando escapar da maldição que seu pai lhe imputa, Kindzu acata o conselho do feiticeiro de sua aldeia, o *ngaga*, e viaja apenas pelo mar. O acaso o leva à vila de Matimati, a terra da água. A partir de então, Kindzu vivenciará diversos encontros em sua jornada. Um deles resulta na paixão por uma moça, Farida – que é perseguida pelas forças de segurança da vila, por ordem do administrador Estevão Jonas –, fazendo com que o rapaz inclua em seu propósito a busca por Gaspar, filho dela com Romão Pinto. Ao tentar conciliar tais objetivos distintos, Kindzu é obrigado a se envolver na perigosa teia de relações entre os habitantes da vila, especialmente aqueles que constituem a elite política, militar e econômica local.

É dessa maneira que Kindzu recheará seu diário com as histórias de vida de Farida, de Assane, de Quintino, de Carolinda, de Estevão Jonas, de Romão Pinto, de Dona Virgínia e tia Euzinha com a esperança de encontrar Gaspar, perdido durante todo o conflito. Após fracassar na última tentativa de localizar o adolescente e descobrir que Farida foi assassinada, Kindzu decide retornar à sua aldeia natal. Em seu trajeto de volta, pela estrada, o machimbombo onde o jovem se encontra é atacado por bandidos armados. Pouco antes de morrer, Kindzu avista Muidinga na estrada segurando seus diários e reconhece que o menino é Gaspar.

Através desse último ato, é revelado ao leitor que as histórias dos três personagens principais estão profundamente relacionadas. Adotando um estilo narrativo cíclico, o autor de *Terra Sonâmbula* produz um desfecho em que tempo e espaço se entrelaçam.

2.4 *Terra Sonâmbula* no espaço e no tempo

2.4.1 As paisagens de *Terra Sonâmbula*

Na ficção, é possível identificar os espaços geográficos que os três personagens principais ocupam a partir da descrição das paisagens e lugares construídos pelo autor. A história tem como marca o deslocamento espacial constante, sejam dos personagens, seja da terra, que desemboca em outras paisagens. Os personagens não permanecem em um lugar só. Também é possível identificar uma evidente oposição paisagística litoral-savana.

A primeira referência de paisagem fornecida nos cadernos/diários é o próprio nome do personagem que os escreve: Kindzu é o nome dado para as “palmeirinhas mindinhas, essas que se curvam junto às praias” (COUTO, 2019, p. 14). As experiências de Kindzu desdobram-se inicialmente em sua aldeia, próxima da vila litorânea – “sede de distrito”. Nesse lugar, há casas de cimento, comércio e Missão. O narrador cresce apreciando o Oceano Índico, sentado em dunas, sendo um de seus passatempos ouvir e ver as baleias.

É também pelo mar que Kindzu deixa sua vila e navega sozinho de barco até Matimati. Após passar algum tempo na praia, Kindzu se afasta dela a fim de procurar Gaspar, filho desaparecido de Farida, sua amada. Nesse ponto do romance, a paisagem descrita pelo narrador é mais urbana. Predominam ruas, edifícios e casas de cimento, comércio e aglomeração de pessoas. À medida que o romance caminha para o desfecho, Kindzu se afasta completamente do ambiente litorâneo, viajando por uma estrada que o conduzirá para a savana, onde acabará perdendo a vida.

No outro núcleo narrativo do romance, protagonizado por Muidinga e Tuahir, a paisagem descrita inicialmente corresponde à savana arbustiva. A estrada onde eles se encontram é marcada por pilhagens e destroços de veículos. Na planície, os embondeiros se destacam. Ocasionalmente, quando a dupla se afasta o veículo onde se abrigam, eles encontram machambas abandonadas, com cultivos pobres ou já estragados. Hienas e um elefante são avistados. Também passam por aldeias praticamente vazias. Com o desenvolvimento da narrativa, a estrada e o machimbombo vão desembocar em uma paisagem onde “as florestas florescem” (COUTO, 2019, p. 97).

Quando o romance se aproxima do desfecho, a estrada transporta a dupla para o pantanal, onde eles conseguem ouvir o barulho do mar ao longe e são importunados por mosquitos negros, grandes e barulhentos (COUTO, 2019, p. 170). É quando chegam à praia de Matimati que, enfim, o último caderno de Kindzu será lido, leitura esta que transporta Muidinga de volta à savana para o encontro revelador com o autor dos diários.

2.4.2 O tempo de *Terra Sonâmbula*

Couto incorporou à esta ficção elementos das circunstâncias reais relacionadas ao contexto histórico do período pós-independência do país, representando as

condições da vida cotidiana daqueles que viveram em meio à guerra civil moçambicana que se instalou na época em que exerceu a profissão de jornalista.

Não é possível identificar marcas temporais explícitas que permitam afirmar com precisão os anos exatos em que as tramas ocorrem. No primeiro capítulo, na ocasião em que os personagens Muidinga e Tuahir são apresentados – “caminhando descalços pela estrada” (COUTO, 2019, p. 9) – é informado ao leitor que eles fogem “dessa guerra que contaminara toda a sua terra”.

Apesar disso, do conjunto narrativo é possível inferir que nos primeiros anos de vida de Kindzu, Moçambique vivia o fim do período colonial. Isto porque, em seus registros de memória, este personagem conta que o nome de batismo de seu irmão mais novo era Vinticinco de Junho, escolhido por seu pai para homenagear a independência de Moçambique e o fim do colonialismo, importante momento histórico que ocorrera 25 de junho de 1975.

E assim seguia nossa criancice, tempos afora. (...). Recordo meu pai nos chamar um dia. (...). Dessa vez, o velho se gravatara, fato e sapato com sola. A sua voz não variava em delírios. Anunciava um facto: a Independência do país. Nessa altura, nós nem sabíamos o verdadeiro significado daquele anúncio. Mas havia na voz do velho uma emoção tão funda, parecia estar ali a consumação de todos seus sonhos. Chamou minha mãe e, tocando sua barriga redonda como lua cheia, disse: - Esta criança há-de ser chamada de Vinticinco de Junho. (COUTO, 2019, p.15)

A seguir, o país enfrentou uma guerra civil que teve duração de 16 anos (1976-1992) e que foi se disseminando por todo o território.

O tempo passeava com mansas lentidões quando chegou a guerra. Meu pai dizia que era confusão vinda de fora, trazida por aqueles que tinham perdido seus privilégios. No princípio, só escutávamos as vagas novidades, acontecidas no longe. Depois, os tiroteios foram chegando mais perto e o sangue foi enchendo nossos medos. (...) Aos poucos, eu sentia a nossa família quebrar-se como um pote lançado no chão. Ali onde eu sempre tinha encontrado meu refúgio já não restava nada. Nós estávamos mais pobres que nunca. Junhito tinha os joelhos escapando das pernas, cansado só de respirar. Já nem podíamos machambar. (COUTO, 2019, p.15)

Kindzu deixa sua aldeia durante a vigência da guerra civil e não é possível precisar quanto tempo decorre entre a data da sua partida e o momento em que seus cadernos são encontrados por Tuahir e Muidinga. O romance fornece pistas, contudo, de que há acontecimentos naquelas páginas que datam pelo menos dez anos após a

Independência. Isto porque, a certa altura da trajetória de Kindzu, Quintino conta-lhe, por acaso, informações a respeito de Romão Pinto. O narrador ouve de Quintino que o português morrera “nos conturbados tempos da Independência” (COUTO, 2019, p. 139) e que encontrara com o fantasma do patrão colonial “depois de mais de uma década de definitiva ausência” (COUTO, 2019, p. 140), ou seja, por volta do ano de 1986.

Assim, *Terra Sonâmbula* se desenrola em algo próximo de duas décadas, entre 1970 e 1990. Nesse período, eclodiram a Guerra Colonial Portuguesa (1964-1974). Portugal começou a ver a sua dominação sobre o Estado colonial moçambicano severamente ameaçada na década de 1960. Nesse período, à medida que o cenário de instabilidade social, econômica e política se intensificava, ganhava corpo um dos maiores movimentos de oposição à dominação portuguesa, a FRELIMO.

Esse grupo formou-se em 1962 por meio da fusão de três movimentos constituídos no exílio: a União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI) e a Mozambique African National Union (MANU).

A Revolução que culminou na Independência, em 1975, e soberania política do território moçambicano foi socialista, no momento em que a ordem mundial se caracterizava pela bipolarização entre os blocos capitalista e socialista, a Guerra Fria. Nesse contexto, a FRELIMO se instala no poder e se torna um partido em 1977, estabelecendo o unipartidarismo em seu governo.

Em pouco tempo, é criada uma organização paramilitar contrarrevolucionária, chamada Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) – originalmente batizada com a sigla Mozambican National Resistance (MNR). Esse grupo passa a fazer oposição ao governo atacando aldeias e infraestruturas do território, incitando a população rural à dissidência. Esses conflitos e disputas entre FRELIMO e RENAMO inauguram a guerra civil pós-colonial, finda apenas em 1992 quando é firmado um acordo de paz entre ambos.

3. A INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE LITERATURA E GEOGRAFIA: ALGUMAS QUESTÕES

Com este ponto objetivamos discutir a pertinência da utilização de uma obra literária como fonte documental para análise de fenômenos geográficos e apresentar uma reflexão a partir da análise de alguns importantes textos acadêmicos utilizados como aporte teórico para o desenvolvimento desse trabalho.

Terra Sonâmbula é uma obra instigante. Mia Couto afirma tê-la produzido para lidar com seus fantasmas da guerra civil moçambicana⁷. Sua leitura fez nascer o desejo de analisar alguns fenômenos geográficos nela presentes, quais sejam: as migrações sob o enfoque da mobilização da força de trabalho e a formação de Moçambique.

Muito embora seu enredo pareça apresentar que a guerra civil gerou caos social e generalização da barbárie, questionamos se tal cenário não teria também outros fatores como causa. Nesse sentido, entendemos que esta obra literária pode restringir o olhar do leitor e fazê-lo naturalizar a ideia de que a guerra civil seria a única responsável por criar as mazelas de uma sociedade.

Admitimos ter iniciado os estudos para o desenvolvimento deste trabalho também partindo da ideia de que as migrações tivessem como principal nexos causal a guerra civil. Contudo, com o caminhar das reflexões, entendemos que tanto a guerra quanto o fenômeno das migrações são processos oriundos da estrutura da sociedade em que vivemos.

A fim de compreender as interlocuções possíveis entre Geografia e Literatura em *Terra Sonâmbula*, iniciamos nossa pesquisa com a leitura de alguns textos acadêmicos de análise literária desta obra que tivessem pontos de diálogo com a ciência geográfica. Em seguida, buscamos compreender como os fenômenos das migrações e da mobilidade do trabalho em Moçambique ocorreram no momento em que se passa o enredo. Para tanto, estudamos alguns trabalhos acadêmicos a respeito da migração nesse país produzidos por geógrafos.

Os diversos textos acadêmicos de análise literária que estudamos (ensaios e artigos de revistas, teses e dissertações) apresentaram algumas ideias convergentes. De maneira geral, grande parte das análises estudadas deram ênfase à importância da paisagem, do espaço e do deslocamento em suas relações com os personagens na trama.

⁷ Declarações feitas durante a entrevista ao Instituto Café Filosófico, gravado no dia 26/06/2017, no Teatro Iguatemi Shopping (Campinas), com mediação da jornalista Fernanda Mena. Especial Fronteiras do pensamento, com Mia Couto. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3BbruWdNhf8>

Outro ponto comum notado foi a afirmação, por diversos autores, de que Mia Couto intencionou com *Terra Sonâmbula* construir o que seria uma identidade *moçambicana* idealizada. Para isso, buscou harmonizar elementos da cultura moderna e da cultura tradicional em sua obra, com vistas à construção de uma identidade nacional, tendo sido a guerra civil o fator que teria dificultado esse processo. Outros conceitos dicotômicos aparecem de modo ambivalente nesses trabalhos, como os pares moderno e tradicional, colonizadores e colonizados.

A seguir, serão sintetizadas as reflexões de um ensaio, um artigo e uma dissertação de mestrado, para demarcar as semelhanças e diferenças entre essas análises literárias que buscaram alguma interdisciplinaridade com a ciência geográfica. A escolha desses textos se deu por terem eles relação com o direcionamento da discussão escolhida para esse tópico.

O primeiro texto é um ensaio produzido por Rosália Diogo publicado em 2009 no Cadernos CESPUC, na seção *Dossiê Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Intitulado *Configurações Espaciais em Terra Sonâmbula*, nele a autora analisa o entrelaçamento entre o espaço de trânsito dos personagens, entre o espaço físico, e entre os espaços de guerra. Para tal, utiliza-se do conceito de paisagem do geógrafo Milton Santos presente no livro *Metamorfoses do Espaço Habitado* para analisar os elementos que compõem o espaço e a maneira como estão percebidos pelos personagens. Segundo a autora:

É no espaço de um Moçambique reconfigurado pelo olhar crítico e sensível do escritor que percebemos as variadas conformações culturais da comunidade. Esse é o espaço que o romance, por meio do seu narrador, explora, (re)construindo um cenário de paisagens culturais, físicas e humanas. (...) Considerando aspectos do espaço onde se passa a narrativa, indicam-se deslocamentos, não fixidez identitária, bem como a possibilidade de reconstrução de valores, tradições e modos de vida a partir dos embates causados pela guerra. (DIOGO, 2009, p. 73-74).

Apesar da guerra exercer um papel importante na dinâmica entre os personagens e a maneira como eles apreendem as paisagens, Diogo conclui em seu ensaio que as configurações espaciais construídas no romance apresentam “espaços de esperança, de acolhimento das diferenças culturais, de tradições e de novos engendramentos organizacionais” (DIOGO, 2009, p. 78).

O segundo texto a que nos propomos sintetizar é um artigo de autoria de Wilson Barreto Fróis de título *Terra Sonâmbula, de Mia Couto, em Sua Dimensão Espacial e Temporal*. Publicado também no Cadernos CESPUC, mas do ano de 2015, nele o autor faz uma interpretação que se aproxima à de Diogo – cujo ensaio está relacionado nas referências deste artigo – apesar de deixar de lado a questão identitária. Fróis afirma em sua análise a existência da oposição entre terra e mar em *Terra Sonâmbula*, a qual se constitui na medida em que a primeira é o espaço onde ocorre o conflito e o segundo é o espaço de fuga da guerra. Além disso, esse autor acrescenta a oposição entre tempo mítico – ou poético da ancestralidade, caracterizado por ser cíclico – e tempo ideal – ou real, marcado pela linearidade, passado, presente e futuro. A partir dessas dicotomias, as configurações de espaço e tempo representadas na trama sugerem uma “interlocução entre o presente (modernidade) e o passado (a tradição)” (FRÓIS, 2015, p. 139). Contudo, ele conclui que a circularidade em que o enredo está estruturado “metaforiza a ideia de continuidade da catástrofe” (FRÓIS, 2015, p. 141), apesar de apontar alguns sinais de esperança.

Por fim, na dissertação de mestrado *Terra Sonâmbula à Luz da Ancestralidade*, defendida em 2013 no departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a autora Julia de Sousa Neto discute a representação da ancestralidade no tecido ficcional do romance *por meio da reflexão dos conceitos de identidade, tempo, espaço e ancestralidade enquanto modalidades da experiência humana*. Para essa autora, o espaço ficcional percorrido pelos personagens – principalmente por Kindzu, que em seu entender corresponde ao alterego de Mia Couto – representa Moçambique e a identidade que se pretende elaborar é a de um povo, a moçambicana, que contém tanto a ancestralidade (ou tradicionalidade) quanto a modernidade em sua constituição. Nesse sentido, o personagem Muidinga-Gaspar, que sobrevive ao final do romance, simbolizaria a miscigenação, o descendente do português – colonizador – com a mulher negra aldeã, representante das tradições.

Enquanto ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho, os textos acadêmicos mencionados acima forneceram uma visão interessante de *Terra Sonâmbula*. Mia Couto, segundo essas abordagens, construíra em sua obra a narrativa de uma identidade moçambicana, de um povo e de um país. Tal identidade seria formada pelas características dos diversos grupos que habitam o território moçambicano, harmonizando os elementos das culturas tradicionais com a modernidade.

Discordamos dessas propostas interpretativas por alguns motivos. Ao primarem pela subjetividade e destacarem a questão da experiência, esses trabalhos acadêmicos não consideraram o que era externo ao “sujeito” no desenvolvimento de sua subjetividade. Essas pesquisas, em outras palavras, não levaram em conta as práticas sociais dominantes que constituem o sujeito que produz a narrativa, as quais são representadas ao longo dela, mas que não foram abordadas nessas análises apesar da proposta interdisciplinar. Desse modo, essas pesquisas não facilitaram a compreensão de alguns fenômenos que foram propostos como o espaço de trânsito dos personagens. Ou então, a afirmação de que os personagens são “seres em diáspora no seu próprio país” (FRÓIS, 2015, p. 133) pode reduzir a uma interpretação atomística, particular, de um processo cuja análise precisa ser feita levando em conta o conjunto de uma população.

Seguindo a linha de pesquisa deste trabalho, entramos em contato também com textos acadêmicos produzidos por geógrafos que nos ajudaram a refletir o fenômeno das migrações e da mobilidade do trabalho em Moçambique.

Um deles foi a dissertação *Tendências Históricas da Distribuição Espacial da População em Moçambique*, produzida por Ramos Cardoso Muanamoha e apresentada ao curso de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1995.

Utilizando-se de dados estatísticos produzidos pelos Recenseamentos gerais da população moçambicana (os quais foram realizados decenalmente tanto pela administração colonial, quanto pela administração socialista, entre as décadas de 1940 e 1980), Muanamoha analisa o fenômeno da redistribuição espacial da população moçambicana por meio da evolução histórica da distribuição *geográfica* (ou espacial) da população e a história do desenvolvimento econômico do território.

Em seu estudo, Muanamoha privilegia o enfoque econômico, de tradição neoclássica, para analisar o fenômeno migratório circunscrito nas fronteiras modernas do território moçambicano, e de sua regionalização administrativa. O autor inicia uma breve caracterização de Moçambique, apresentando sua geografia física e a descrição político-administrativa do país. A seguir, traça um panorama descritivo dos grupos que deram origem ao padrão de povoamento pré-colonial, destacando a motivação econômica dessas migrações. Esse povoamento, segundo o autor, foi aproveitado

durante o período colonial pelos portugueses, que também tinham interesse estritamente mercantil na ocupação da costa moçambicana.

Nesse sentido, a origem e a evolução do povoamento e dos padrões de distribuição populacional pelo território moçambicano teriam a ver com as relações de produção dos povos que se instalaram nesses lugares. O autor tece suas conclusões a respeito das tendências históricas de (re)distribuição e (re)alocação espacial da população, dentro da regionalização administrativa do Estado, considerando os aspectos tipológicos de deslocamento (rural-urbano, interdistrital, interprovincial e outros), concentrando-se no processo a partir da análise dos fluxos migratórios e suas causas, sejam elas político-militar, sejam econômicas ou decorrentes de outros fatores como desastres naturais.

Outro trabalho importante que nos auxiliou a compreender as migrações no contexto pós-independência moçambicano foi a tese de doutoramento em Geografia Humana, intitulada *O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique. Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo*, elaborado por Manuel G. M. de Araújo, no ano de 1988, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Cabe ressaltar, de passagem, que alguns trabalhos acadêmicos de Araújo estão relacionados na bibliografia de Muanamoha.

O tema dessa análise foi a mudança que a política de sistemas de aldeias comunais⁸ promoveu, a nível nacional, na organização da população rural. O autor inicia sua pesquisa com a caracterização geográfica de Moçambique (o panorama tematizado entre os elementos de geografia física e humana circunscritos no território). Em seguida, Araújo organiza um capítulo sobre os aspectos gerais da população e passa a desenvolver de maneira aprofundada a questão proposta em sua tese. Percebe-se, em seu estudo, que o autor privilegiou o enfoque histórico-estrutural do fenômeno migratório, em função dos objetivos econômicos e sociais pretendidos pelo Estado ao adotar algumas políticas de planejamento que modificaram a organização espacial da população rural.

⁸ Política econômica implementada pelo Estado após a independência, a qual visava modificar a organização da população rural do território. Resumindo de maneira simplista essa estratégia econômica, qualquer unidade de povoamento rural deveria se transformar numa unidade econômica e social. Para tanto, o remanejamento da população rural considerada dispersa deveria ser realizado para as chamadas aldeias comunais, onde seria construídas, numa aldeia o local de trabalho comum, as machambas comunais e as residências das unidades familiares.

Conforme já afirmamos, esses trabalhos acadêmicos foram de extrema importância para a presente pesquisa. Eles viabilizaram a compreensão das migrações ocorridas em Moçambique a partir do enfoque de seu processo, seja por meio dos dados e da contextualização histórica, geográfica e econômica do território moçambicano, desde o panorama breve do período pré-colonial – ainda que privilegiasse as relações de produção – até meados da década de 1980 (momento em que se passa *Terra Sonâmbula*).

Entretanto, em nossa percepção, os trabalhos acadêmicos de análise literária acima mencionados que se propuseram a dialogar com a ciência geográfica não apresentaram um aprofundamento crítico das práticas sociais subjacentes ao contexto da formação de Moçambique que estão retratadas no romance.

Por outro lado, entendemos que adotar a estrutura de análise geográfica de *Terra Sonâmbula* construindo um texto que se estrutura a partir da descrição da geografia física de Moçambique, de sua divisão político-administrativa e do aprofundando a temática demográfica a partir das relações de produção neste país, desidrataria a sutileza do romance, que não negligenciou a violência do processo entre os sujeitos.

Nesse sentido, este trabalho propõe caminho alternativo de reflexão: realizar a análise geográfica não apenas a partir da obra literária, mas também a partir de alguns posicionamentos e opiniões de seu autor sobre a produção do romance, sobre sua produção literária, sobre como ele se define, sobre como ele *enxerga* a sociedade em que vive.

4. A MOBILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MOÇAMBIQUE E SUA EXPRESSÃO EM *TERRA SONÂMBULA*

Neste ponto do trabalho, nos propomos a trilhar um caminho reflexivo específico a partir de *Terra Sonâmbula*, analisando a representação do espaço geográfico construído por Couto nesta obra, mais especificamente em como o fenômeno da mobilidade da força de trabalho e das migrações em Moçambique é nela abordada.

Acreditamos que estes fenômenos foram representados na obra de acordo com a visão de mundo de Mia Couto e resultam de práticas sociais introjetadas nele enquanto sujeito. Afinal, o autor que produz um romance reflete em sua obra a sociedade em que vive.

Com efeito, a mobilização da força de trabalho pode ser conceituada como o exercício da liberdade⁹ do trabalhador se deixar sujeitar ao capital, de se tornar uma mercadoria cujo consumo cria valor. Esse trabalhador, que estivera outrora submetido a outros modos de produção, adquire essa mobilidade no momento da produção das forças de trabalho, da acumulação primitiva e da transformação do dinheiro em capital ou, em outras palavras, no momento da consolidação do capital enquanto relação social de dominação e da internalização, nos sujeitos, das práticas sociais subjacentes a esse sistema.

A consolidação da sociedade do trabalho só foi possível em função da acumulação primitiva promovida por empreendimentos que, na Europa – sob o capitalismo comercial –, expropriaram os camponeses de seus meios de produção, obrigando-os a vender sua força de trabalho em solo europeu. E, simultaneamente nas colônias, esses empreendimentos se valeram do escravismo e do trabalho explicitamente forçado das populações que habitavam esses territórios, para a produção de mercadorias destinadas ao mercado europeu.

Nesse processo, a violência assume papel central na formação das relações de trabalho e o capital – em processo – define padrões de territorialidade, como afirma Boechat (2019) no XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), em artigo a respeito da mobilidade do trabalho no Brasil, o qual o autor propõe uma perspectiva crítica, fundamentada em Gaudemar (1977) para os estudos migratórios:

A mobilização do trabalho é uma característica intrínseca **ao processo de modernização que destrói a autonomia das sociedades não capitalistas, re-territorializando o seu lugar**. Esta perspectiva permite diferenciar os padrões de territorialidade que envolvem e pressupõem a mobilidade do trabalho. A particularidade dos processos de mobilização do trabalho, no enfoque aqui dado, apresenta a marca da sua relação com a modernização. Os processos de formação de padrões territoriais envolvem fenômenos bastante difundidos mundialmente, como as tendências à urbanização e à monopolização da violência extraeconômica pelo Estado nacional. Isto é, a mobilidade do trabalho é constituída e constituinte da formação da territorialidade capitalista. (BOECHAT, 2019, p. 1209-1210, grifo nosso).

⁹ Segundo Gaudemar (1977), essa a liberdade do trabalhador tem significado duplo: ele é livre para dispor, “à sua vontade, de sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence” e deve ser “livre dos meios de produção – propriedades e objetos – necessários à realização de sua força de trabalho”. (GAUDEMAR, 1977, p. 189). Essa liberdade é, também positiva e negativa. Positiva porque o trabalhador dispõe da sua força de trabalho como bem entender, uma vez que é única mercadoria que lhe pertence. E negativa porque ele não tem outra opção senão vender sua força de trabalho. (GAUDEMAR, 1977, p. 189-190)

A formação desses espaços de dominação enquanto territórios coloniais, e posteriormente, nacionais, expressam-se também em escalas regionais. Essa formação resulta da superação – na escala da totalidade – do capitalismo mercantil para o imperialista, do imperialista para o financeiro.

Desse modo, a exemplo do Estado nacional brasileiro, o moçambicano foi formado em um processo de territorialização colonial centralizado inicialmente pelo Estado monarquista português, num empreendimento que oprimiu, escravizou e aniquilou outros povos segundo as razões do empreendimento, a produção e extração de mercadorias para o comércio do mercado europeu.

A independência do Brasil foi ocasionada, dentre outros fatores, pelas transformações ocorridas no século XIX na Europa (a ocupação napoleônica em Portugal e a fuga da Corte para a colônia, a Revolução Liberal do Porto e as estratégias dinásticas). Nesse momento, o território de ocupação colonial portuguesa nas terras moçambicanas circunscrevia-se aos Prazos da Coroa, com utilização da mão de obra escrava.

Durante o imperialismo, o fim do tráfico escravista transforma a territorialização particular do continente africano. Disso decorrerá a formação do Estado colonial moçambicano e a institucionalização do trabalho explicitamente forçado, cuja razão do empreendimento será a acumulação de capital no Estado sul-africano e no Estado português republicano, no contexto em que aparentava que cada Estado nacional poderia se industrializar.

O ordenamento mundial inaugurado pela Guerra Fria, marcado pela bipolarização entre os blocos capitalista e socialista, e a Pax Americana, resulta no fim das relações coloniais. Após a Revolução, consolida-se a formação do Estado nacional moçambicano socialista, comandado pelos dirigentes da FRELIMO. Nesse momento, a razão do empreendimento é o acúmulo de riqueza nacional, através da consolidação e difusão do trabalho abstrato e do desenvolvimento de uma indústria nacional. Esse contexto condicionou, a partir de 1977, a contrarrevolução comandada pela RENAMO.

Devemos acrescentar que conjuntura, das últimas décadas do século XX, pertence ao contexto global em que a crise da terceira revolução industrial se reflete como crise da sociedade trabalho. Kurz (2005) aponta para a situação atual da sociedade mundial em relação à mobilização do trabalho:

As pessoas não estão coercitivamente "Liberadas" das relações agrárias para o trabalho abstrato, mas estão sendo catapultadas para fora do próprio trabalho abstrato. O pano de fundo não é mais, no entanto, a mobilização da força de trabalho para o capitalismo, mas a desmobilização mundial da força de trabalho na terceira revolução industrial, que estragou o apetite do capital por "hands" (mão-de-obra). (KURZ, 2005).

Nesse sentido, podemos pensar em um padrão de territorialidade que se forma nesse contexto. O surgimento de zonas de colapso, resultado da desertificação economia decorrente da concentração dos fluxos de capital monetário em poucos lugares, os "oásis" de rentabilidade (KURZ, 2005).

Traçado esse panorama, em que foram foi apresentada nossa perspectiva teórica a respeito da mobilização da força de trabalho e da territorialização do capital, voltaremos às proposições de Boechat (2019) e Kurz (2005), a fim de apontar nosso entendimento a respeito da prática migratória, pois ele determina o modo como analisamos as migrações realizadas no enredo:

No caso das migrações, o trabalhador seria um sujeito empírico, deslocando-se no interior de um território que permite tal relação, em busca de oportunidades de trabalho, muitas vezes das mínimas condições de sobrevivência. Pode-se dizer que a mobilidade deste sujeito cumpre, contraditoriamente, as necessidades do capital, transformando e reproduzindo seu território. Nessa construção, **a prática do migrante é a ação de um sujeito, cuja subjetividade é moldada nos termos da relação capital. Ou seja, uma prática territorialmente condicionada.** Não só como imposição externa, mas como introspecção da relação capital na forma de entendimento do mundo por parte do sujeito e na forma de vivência prática inerente ao território. (BOECHAT, 2019, p. 1209, grifo nosso).

Através desse entendimento a respeito das migrações, admitimos que a desmobilização da força de trabalho (o trabalho supérfluo) é responsável por dois fenômenos que marcam fortemente o mundo contemporâneo: as migrações maciças socioeconomicamente forçadas e as "guerras civis sem fim" – e seus "infinitos refugiados" – as quais se apresentam como sintomas, processos, dessa crise. (KURZ, 2005). Embora Kurz (2005) tenha feito essa análise para o pós Guerra Fria, que inaugura a hegemonia política, economia e militar dos Estados Unidos da América, pensamos que esse entendimento é pertinente e se aplica ao contexto da crise social, econômica e humanitária pela qual o povo moçambicano passou e é representada no enredo do romance, que se passa nas décadas finais da Guerra Fria.

Em *Terra Sonâmbula* as personagens são submetidas ao que se pode considerar um deslocamento espacial forçado. Os sujeitos representados inicialmente buscam sobreviver à guerra civil. Contudo, pretendemos com essa análise questionar a ideia central da trama, qual seja, que a guerra civil fora a causa principal das mazelas sofridas pelo povo moçambicano naquele momento, e apontar que tanto esse processo, quanto as migrações e a criação de Moçambique estão ligados à imposição do trabalho abstrato num contexto global cuja a tendência é o trabalho se tornar supérfluo.

Outra consequência que é importante ser destacada a respeito do processo de modernização é que a destruição da autonomia das sociedades não capitalistas não ocorre apenas no ponto de vista da produção e da expropriação dos produtores de seus meios de produção. O processo de modernização promove outras separações. A vida, constituída numa totalidade, passa a ser cindida em esferas aparentemente autônomas que possuem lógicas próprias – economia, política, religião, lazer, cultura, esporte, estética, ciência (KURZ, 2002).

Por isso, chamamos a atenção novamente ao momento da escrita do romance, que é um momento de modernização tardia de Moçambique. Mia Couto escreve respeitando a forma como ele vê a realidade¹⁰. Nessa maneira de ler e representar o mundo, ele concedeu a seus leitores a possibilidade de entrar em contato com a idiosincrasia da sociedade onde nasceu e vive.

Terra Sonâmbula foi escrita para o autor lidar com questões próprias, como resultado, apareceu Moçambique. Nas páginas do romance, os leitores têm a possibilidade de enxergar um mundo onde as esferas de sociabilidade que se apresentam como portadoras de lógicas próprias e dotadas de autonomia impostas pelo capitalismo não atingiram a proporção em que essas fragmentações estão enraizadas e naturalizadas, mas que fazem parte de um projeto em curso – a territorialização e acumulação de capital em Moçambique –, que se deu mediante rastros de destruição e violência.

Assim, através do olhar para o fenômeno das migrações e da mobilidade da força de trabalho em Moçambique a partir do manancial de conteúdos presentes no texto de *Terra Sonâmbula*, a análise do romance será feita a partir da contextualização do enredo em três conjunturas distintas (mas entrelaçadas) pelas quais passa a ficção: a linhagística, a colonial e a socialista.

¹⁰ Afirmação feita em entrevista ao Café Filosófico.

5 O ENREDO E SEUS CONTEXTOS

O enredo de *Terra Sonâmbula* não é linear, ou seja, a sequência cronológica da história passeia entre presente-passado, seja quando vai de um núcleo narrativo a outro, seja quando os personagens contam suas histórias. Essa estruturação da análise foi escolhida também em função da forma como as práticas sociais da sociedade representada na trama se revelam. Elas aparecem fragmentariamente, pouco a pouco, introjetadas nos personagens.

Iniciaremos a discussão situando o primeiro e último capítulo, a fim de introduzir o presente de Muidinga e Tuahir, pois eles situam-se nos anos finais da guerra civil. Além disso, fizemos tal escolha porque a apresentação e o desfecho da trama ocorrem no mesmo momento.

Depois, reconstituiremos as diferentes conjunturas (o sistema linhagístico, o sistema colonial e o sistema socialista) sob a perspectiva teórica que adotamos. Faremos a distinção entre esses contextos, pois eles apresentam diferenças marcantes em relação ao processo de territorialização do capital e da mobilização da força de trabalho. E essas diferenças se refletem na qualidade da prática migratória. Finalmente, concluiremos a análise a partir do desfecho do enredo.

5.1 “A estrada morta” e “Páginas da terra”: A Guerra em diálogo com GEFFRAY.

Terra Sonâmbula pode dar a sensação de que a trama acaba sem acabar. O primeiro capítulo só tem continuidade porque Muidinga descobre e lê os onze diários de um homem morto na beira da estrada. E o romance termina apenas quando o menino finaliza a leitura do último caderno de Kindzu, “as páginas da terra”, ocasião em que descobre que é Gaspar.

Desse modo, começo e fim da trama possuem o mesmo lugar, momento e conjuntura: na “estrada morta”, durante a guerra civil e com Muidinga-Gaspar na condição de refugiado e órfão. A seguir, destacaremos esse episódio mostrando a ligação entre os dois núcleos narrativos.

O primeiro é a apresentação do enredo, núcleo de Tuahir e Muidinga e o ponto de partida. Nessa ocasião, eles encontram um automóvel queimado, com a dianteira

colidida contra um embondeiro e decidem se abrigar nele. O segundo é o desfecho, núcleo narrativo de Kindzu, quando ele morre:

A estrada que agora se abre a nossos olhos não se entrecruza com outra nenhuma. (...) **Pelas bermas apodrecem carros incendiados, restos de pilhagens.** Na savana em volta, apenas os embondeiros contemplam o mundo a desflorir. (...) Um velho e um miúdo vão seguindo pela estrada. (...) Fogem da guerra, dessa guerra que contaminara toda sua terra. Vão na ilusão de, mais além, haver um refúgio tranquilo. Avançam descalços, suas vestes têm a mesma cor do caminho. O velho se chama Tuahir. É magro, parece ter perdido toda a substância. O jovem se chama Muidinga. Caminha à frente desde que saíra do campo de refugiados. (...) [Eles] param agora frente a um autocarro queimado. (...) O corredor e os bancos estão ainda cobertos de corpos carbonizados. (...) **encontram mais um corpo. Jazia junto à berma, virado de costas. Não estava queimado. Tinha sido morto a tiro.** (...) Junto dele estava uma mala, fechada, intacta [contendo] roupas, uma caixa com comidas. Por cima de tudo estão espalhados cadernos escolares, gatafunhados com letras incertas.” (COUTO, 2019, p. 9-12, grifo nosso)

Fui sendo levado sem conta nem tempo. Até que meu coração se apertou em sombrio sobressalto. **Me surgiu um machimbombo queimado. Estava derreado numa berma, a dianteira espalmada de encontro a uma árvore.** De repente, a cabeça me estala em surdo baque. (...) Vacilo, vencido por súbito desfalecimento. Me apetece deitar, me anichar na terra morna. Deixo cair ali a mala onde trago os cadernos. Uma voz interior me pede para que não pare. É a voz de meu pai que me dá força. Venço o torpor e prossigo ao longo da estrada. **Mais adiante segue um miúdo com passo lento. Nas suas mãos estão (...) os meus cadernos.** Então, com o peito sufocado, chamo: Gaspar! E o menino estremece como se nascesse por uma segunda vez. (COUTO, 2019, p.196-197, grifo nosso).

A cena que Mia Couto ilustra com triste delicadeza é a guerra civil moçambicana (1976-1992). Em todo o romance, é possível perceber a ubiquidade do conflito, seja pela destruição, seja pela permanência dos barulhos de tiroteio. No trecho a seguir, Kindzu sintetiza o avanço do conflito:

O tempo passeava com mansas lentidões quando chegou a guerra. Meu pai dizia que **era confusão vinda de fora, trazida por aqueles que tinham perdido seus privilégios. No princípio, só escutávamos as vagas novidades, acontecidas no longe. Depois, os tiroteios foram chegando mais perto e o sangue foi enchendo nossos medos.** A guerra é uma cobra que usa os nossos próprios dentes para nos morder. Seu veneno circulava agora em todos os rios da nossa alma. De dia já não saíamos, de noite não sonhávamos. O sonho é o olho da vida. Nós estávamos cegos. (COUTO, 2019, p. 16, grifo nosso)

A partir dos trechos apresentados acima, é possível notar que a tese inicial do autor é que a guerra é a razão da desordem que contamina toda a terra, causada por aqueles que perderam seus privilégios após a Revolução socialista, os quais se exilaram nos territórios vizinhos do Estado. Essa afirmação feita na abertura dos dois núcleos narrativos é repetida ao longo do romance. Contudo, no desenrolar do enredo,

a ideia adquire camadas de complexidade em relação aos fatores que contribuíram, na visão de Couto, para a manutenção do conflito.

Foi com base no estudo antropológico realizado pelo pesquisador francês Christian Geffray (1991) que respostas para compreender as razões e a dinâmica complexa desse conflito. Em sua pesquisa, este autor buscou desvendar os fatores que motivaram parte da população rural a aderir à dissidência que provocou o permanente estado de guerra por todo o território moçambicano.

Além disso, o estudo de Geffray intitulado *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique* forneceu pistas para o entendimento do contexto territorial cuja prática migratória assume caráter específico, ligado àquele momento do processo de desterritorialização do capital. Neste texto, Geffray (1991) não nega a importância dos fatores externos que contribuíram para o conflito. Contudo, o autor chama a atenção ao fato de que os veículos de informação, ao noticiarem a guerra, davam ênfase apenas à motivação externa.

5.1.1 O fator externo e o surgimento dos bandidos

O que inicialmente era uma confusão vinda de fora tem origem a partir de agressões isoladas orquestradas pelo MNR¹¹, um conluio de “numerosos antigos grandes colonos portugueses” fugidos da República Popular de Moçambique, levando consigo “comerciantes, pequenos proprietários, assim como grupos de soldados desmobilizados das unidades especiais do exército colonial e das milícias privadas dos grandes latifundiários” (GEFFRAY, 1991, p. 11) e da elite da Rodésia do Sul. A intenção do grupo foi combater a FRELIMO, de orientação socialista, antirracista e anti-colonialista e se tornara o partido único da República Popular de Moçambique em 1977.

Nesse mesmo ano, quando ocorreram “primeiras operações importantes em território moçambicano” (GEFFRAY, 1991, p. 12), até 1980, quando a MNR era sediada na então Salisbury (Rodésia do Sul) e ajudada por esse Estado racista de extrema direita, a guerra a qual já atingia a região central de Moçambique era, segundo Geffray, “uma pura guerra de agressão” (GEFFRAY, 1991, p. 12).

¹¹ Esse grupo de extrema direita foi formado por Ken Flower, chefe dos serviços secretos da Rodésia do Sul, para a “defesa do Ocidente”, contra a “ameaça comunista” na África austral. (GEFFRAY, 1991, p. 11-13).

Depois que a Rodésia do Sul deixa de existir em função da proclamação da independência do Zimbábue, reconhecida internacionalmente, o MNR encontra acolhimento da África do Sul. Nessa altura, o grupo já não “era fantoche da burguesia rodesiana e colonial” (GEFFRAY, 1991, p. 13), tampouco o conflito era apenas uma guerra de agressão.

O conjunto de mapas que compõe a Figura 1, apresentada mais adiante, espacializa quantitativamente os números de mortos decorrentes dos ataques atribuídos à RENAMO no período entre 1979 e 1990. Essa figura ilustra como a guerra civil deixa de ser, nas palavras do personagem Kindzu, uma vaga novidade acontecida no longe para se tornar ubíqua.

Aquela guerra não se parecia com nenhuma outra que tinham ouvido falar. Aquela desordem não tinha nenhuma comparação, nem com as antigas lutas em que se roubavam escravos para serem vendidos na costa. (...) A guerra se espalhara por todo o país. Em todo o lado, se repetiam as balas, se espalhavam as apressadas sementes da destruição.” (COUTO, 2019, p. 29)

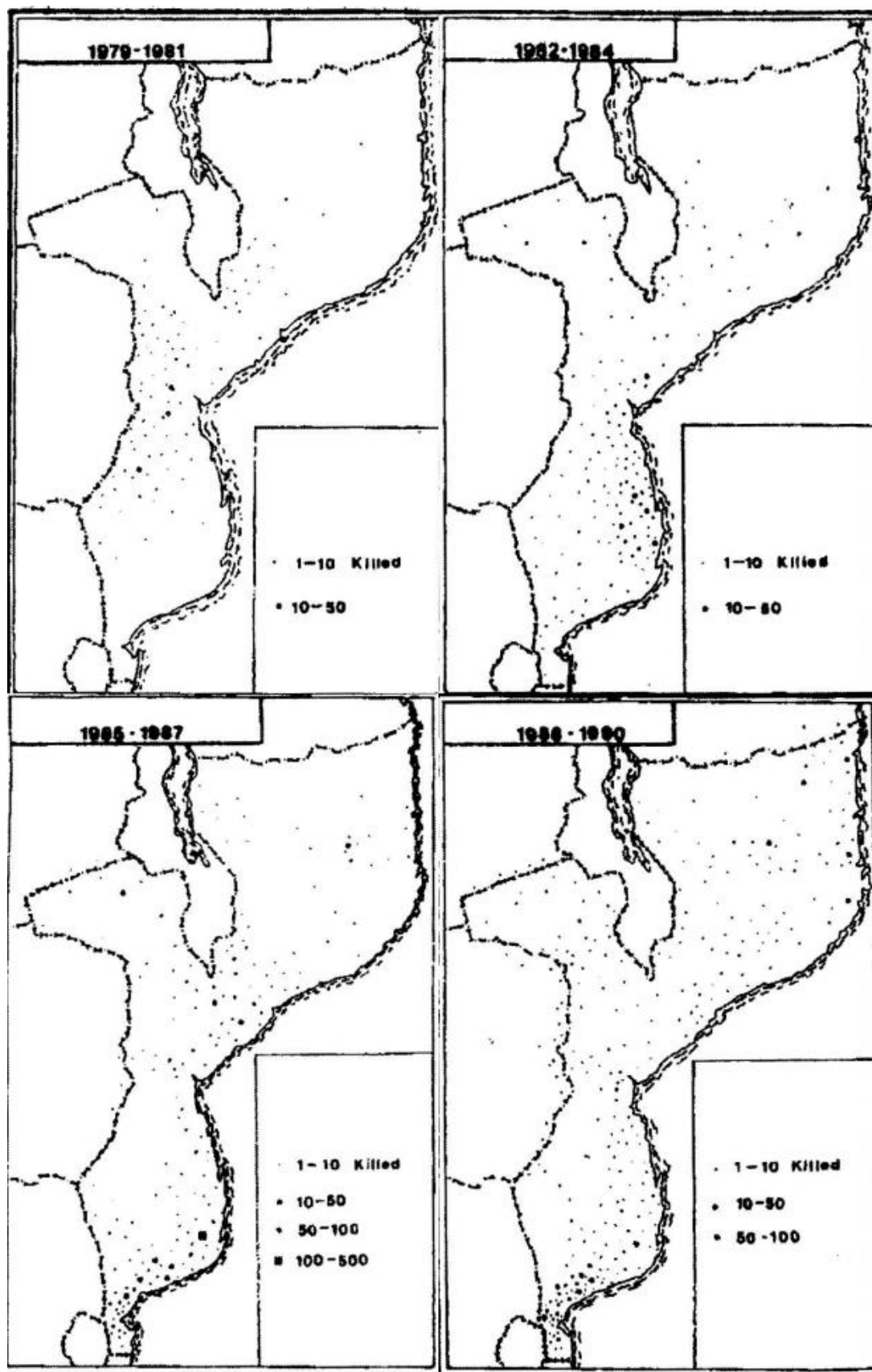


FIGURA 1 - Distribuição nacional das atrocidades atribuídas à RENAMO (LOURENÇO, 2010, p. 268)

De acordo com Geffray (1991), em 1986, a RENAMO conseguiu expandir e reproduzir seus efetivos (e seu terror) por todo o território rural de Moçambique não só em função do apoio externo (logístico, bélico, treinamentos, meios de comunicação etc.) de organizações, Estados e Territórios “de direita”¹², mas também se alimentando das rupturas sociais e políticas internas das sociedades rurais moçambicanas.

Essas rupturas propiciaram as condições de dissidência, adesão e polarização de uma parte da população rural. A RENAMO se aproveitou dessa condição, transformando possíveis resoluções pacíficas decorrentes de tensões em conflitos entre grupos e em resoluções violentas.

A partir da crise que nascia naquele momento, a RENAMO se transformou em um “corpo social cujo único fim é a sua própria reprodução”, formado por um conjunto de pessoal hierarquizado e mobilizado compulsiva e compulsoriamente (GEFFRAY, 1991, p. 116-117).

Os homens que participavam dessa organização se alimentavam dos efeitos sociais da vida em guerra. Por isso, tinham como preocupação essencial mantê-la viva, pois dependiam inteiramente dela para subsistir. Eles se beneficiavam do privilégio de pertencer a um grupo armado que cobrava tributos em gênero das populações que viviam nos arredores de suas bases, não precisando, portanto, *machambar* para sobreviver. Coagiam mulheres e crianças a realizarem o trabalho doméstico em suas casas. Obrigavam prisioneiras a se casarem com eles. Eram temidos e respeitados por causa das execuções macabras da população não dissidente.

Por sua vez, em certa medida, as autoridades do governo (políticas e militares), especialmente os homens que exerciam as funções de baixa patente, também se beneficiaram dessa situação. Essa condição evidencia a perda do controle do alto comando sobre os integrantes desses exércitos.

Por isso, faz sentido quando o autor, através dos personagens, aponta a essência do conflito: uma “guerra-fantasma”, promovida por um “exército-fantasma, salteado, desnorteado, temido por todos e mandado por ninguém” (COUTO, 2019, p. 108), que converte suas indiscriminadas vítimas em fantasmas.

¹² África do Sul, Malawi, alguns países árabes, das Comores, Bob Denard. (GEFFRAY, 1991, p. 13)

A seguir será discutido o que Geffray (1991) apontou como ruptura na mudança do regime colonial para o socialista, capaz de deflagrar essa condição de barbárie generalizada. Destacamos, contudo, a nossa aceção de que essas rupturas constituem uma continuidade na mobilização do trabalho em Moçambique.

5.2.1 Formação das relações de trabalho em Moçambique

Neste ponto do trabalho, apresentaremos um breve panorama da formação de Moçambique enquanto território colonial. Onde hoje é considerado o país Moçambique, diversas sociedades não capitalistas se entrelaçavam na conjuntura do capitalismo em sua fase mercantil, quando o capital se constitui enquanto relação social de dominação.

O processo de formação das relações de trabalho – a territorialização do capital – e a decorrente divisão do trabalho, resultantes de diferentes mercadorias produzidas, se manifestará na divisão territorial do trabalho, sendo a constituição de Estados nacionais e territórios, metrópoles e colônias produtos desse processo em constante metamorfose. Nessa dinâmica, a violência exerce papel central.

O que faz das diferenças entre processos de trabalho especificidades secundárias, meras particularidades, é a reprodução do objeto do trabalho, configurando profissões, posições internas da divisão do trabalho a serem personificadas por sujeitos reificados, e seus interesses são atributos dessa posição territorialmente condicionada.

(...) é necessário perguntar sobre a existência de formas que agrupem diferentes trabalhos em relação à suas escalas territoriais historicamente determinadas. Tais formas territoriais específicas, forjadas pela divisão internacional do trabalho, podem ser apresentadas no processo de territorialização do capital que viria a formar um Estado nacional, o Brasil, como um “capítulo secundário” (Prado Jr., 1965, p.26) da modernização. A situação e a caracterização interessam-nos, pois, como já foi escrito, “**a colônia revela o segredo da metrópole**” (Marx, 1996, L.1, cap.25).” (HEIDEMANN et al, 2014, p. 56).

HEIDEMANN et al (2014), ao problematizarem a história da formação do trabalho no Brasil, discutem o conceito de região econômica e política a partir das especificidades nas relações de trabalho, utilizando as proposições de Francisco de Oliveira (1977) em *Elegia para uma re(li)gião*. De acordo com esses autores,

(...) na ausência da expropriação completa do trabalhador, política e economia não podem se autonomizar.

Assim, **a colônia é escravista**, pois o acesso à terra é difícil de limitar e, por isso, revela o segredo **da metrópole, onde o trabalhador expropriado dos meios de produção não produzidos (a base fundiária) é obrigado a vender sua força de trabalho no mercado**, sob o imperativo da concorrência e da superpopulação relativa. Nas condições da colônia, formam-se regiões caracterizadas, por Francisco de Oliveira, como formas sociais fundidas, agindo localmente na mobilização do trabalho para a acumulação primitiva do capital. (HEIDEMANN et al, 2014, p. 58).

Ainda que essas proposições tenham sido realizadas a respeito da formação do trabalho no Brasil, ela orienta para discussão da formação do trabalho em Moçambique, também colônia de Portugal, até porque esses espaços são formados em conjunto.

No tópico seguir, faremos uma síntese a respeito dessas sociedades não capitalistas, para explicar de que maneira a população indígena africana situada no território de Moçambique foi mobilizada gradativamente para o trabalho. Além disso, o processo de aniquilação das ditas economias naturais¹³ não se realiza de uma hora para outra, mas é gradativo. Alguns elementos característicos das relações sociais desses grupos aparecerão no presente socialista e passado colonial da trama.

Essa síntese foi constituída a partir das práticas sociais percebidas pelos personagens de *Terra Sonâmbula* ligados aos momentos considerados ancestrais ou tradicionais¹⁴. Também nos auxiliou nessa parte os dos estudos de Geffray (1991), que forneceu elementos para compreendermos a organização da estrutura social desses grupos na área de sua pesquisa – compreendida na parte sul da província de Cabo Delgado e norte da província de Nampula. E, por último, foi muito importante o esquema do território linhageiro, elaborado por Vieira (2019) em seu estudo sobre a mobilização do trabalho e trabalho supérfluo no distrito de Moatize, em Moçambique, considerando a mineração e os conflitos gerados por essa atividade.

5.2.1.1 Sistema linhagístico ou “O tempo em que o mundo tinha a nossa idade”

¹³ Na obra *A Acumulação de Capital: Uma Contribuição para uma Explicação Econômica do Imperialismo*, Luxemburg (1970) chama dessa maneira as sociedades não capitalistas.

¹⁴ Nessa pesquisa, temos consciência dos limites da subjetividade construída com base nas práticas sociais da sociedade moderna. Principalmente no que se refere ao uso naturalizado de categorias e conceitos que tentam explicar outras sociedades que possuem uma cosmovisão diferente da nossa. Nesse sentido, sabemos da limitação do uso de termos como ancestral e tradicional, os quais denotam outra cultura (outra sociedade), a qual possui um conjunto de práticas diferentes da sociedade moderna.

Título do primeiro caderno de Kindzu, esse capítulo é dedicado à história da infância desse personagem, das condições de sua família e de sua aldeia. Kindzu começa a narrativa a partir das lembranças de sua infância, quando Moçambique ainda era colônia. Depois, há o anúncio da independência e o da guerra civil, que gradativamente se aproxima, esvaziando sua aldeia, desestruturando sua família. O capítulo acaba quando o personagem emigra, deixando para trás sua terra e sua mãe, única família que lhe resta.

A presença portuguesa em Moçambique remonta ao século XVI, durante a consolidação do capitalismo mercantilista. É importante destacar, contudo, que os mesmos não chegaram em vazios demográficos, mas num lugar onde “já havia relações de produção, comércio e de controle do território e por isso os portugueses não dominaram facilmente” (VIEIRA, 2019, p. 27).

Em dissertação a respeito da mobilização do trabalho e do trabalho supérfluo no distrito de Moatize – na província de Tete –, Vieira (2019) afirma que nesse “princípio de tentativa de colonização” (VIEIRA, 2019, p. 32), para agir no território, os portugueses precisaram se adequar às relações pré-coloniais existentes – de trocas, de propriedade fundiária, práticas ritualísticas – em que o sentido de colonizar aquele espaço era o “interesse na exploração de recursos naturais em proveito do comércio europeu” (VIEIRA, 2019, p. 32.).

No território compreendido como Moçambique, os diversos povos que ocupavam seus espaços constituíram lógicas organizacionais que não homogêneas, vale dizer, com particularidades próprias.

Faremos a seguir uma síntese a fim de reconstituir algumas características da estrutura hierárquica e lógica de poder nessas sociedades locais, em que se configuraram relações sociais não capitalistas, que chamaremos de sistema linhagístico¹⁵ (difíceis de serem explicadas sob o bojo das categorias e conceitos da sociedade produtora de mercadorias).

Segundo a lógica do chamado sistema linhagístico, prevalece uma “ordem universal hierárquica objectivada que também se impunha ao ‘processo de metabolismo com a natureza’ e às relações sociais humanas”. É o “princípio divino transcendente”, entendido como “o fundamento de todas as coisas, inclusive as do mundo

¹⁵ Termo entendida nesta análise como o conjunto do território em poder da chefatura e da população que vive sob os chefes de chefaturas (GEFFRAY, 1991, p. 27) e do que First considera como sociedade camponesa (com base reprodutiva e economia próprias).

visível” (KURZ, 2014, p. 67), o qual organiza o mundo em uma hierarquia que se estende do universo dos deuses (dos antepassados, no contexto de *Terra Sonâmbula*) até a matéria inanimada, em que, segundo Kurz (2014):

(...) o mundo humano assume uma posição intermediária, na qual tem de se legitimar perante os poderes ‘superiores’ (invisíveis) para ir vivendo. A sociedade humana é, pois, exortada a assegurar-se das boas graças ou da ‘clemência’ do princípio divino transcendente, daí resultando um sistema de regras práticas baseado em tradições das mais diversa índole. O sacrifício é, nesse contexto, o elemento basilar. É necessário oferecer sacrifícios (...) ao universo dos deuses, aos poderes superiores, a fim de preservar a ordem do mundo e o próprio lugar no mesmo. (...) os actos sacrificiais, os rituais a eles associados, etc. constituem a matriz original não só do relacionamento com a natureza, como do relacionamento social (KURZ, 2014, p. 67-68).

As relações de poder estão assentadas no sentido transcendental e metafísico, diferente das relações de poder da sociedade moderna, na qual o poder se fundamenta no capital enquanto relação social de dominação, cuja matriz de fetiche é a mercadoria.

Couto explorou essa característica em alguns momentos do romance. Isso se explicita quando Kindzu afirma que nos anos de sua infância “ainda tudo tinha sentido” porque “a razão deste mundo estava num outro mundo inexplicável” (COUTO, 2019, p. 15).

Pode-se observar esse funcionamento em diversas passagens. A seguir, destacamos dois momentos que ilustram esse funcionamento no romance. O primeiro diz respeito à organização da vida na aldeia da personagem Farida (episódio se passa no período colonial) e é narrado cadernos de Kindzu. O segundo diz respeito ao episódio das idosas profanadoras, que ocorre no período socialista, narrado no núcleo de Muidinga e Tuahir.

A primeira aparição de Farida ocorre no quarto caderno de Kindzu, intitulado *A filha do céu*¹⁶. Kindzu conhece a bela mulher após a sua primeira e breve passagem na baía de Matimati, ocasião em que é alertado a deixar o lugar antes que seja detido pelas autoridades locais. O personagem segue o conselho e deixa a vila de barco, mas acaba sendo levado até um navio cargueiro contendo itens enviados pela ajuda humanitária e destinados à população de Matimati, que encalhou num banco de areia surgido repentinamente no mar. Nesse navio, ele conhece Farida, que conta ao rapaz sua história desde seu nascimento:

¹⁶ COUTO, 2019, p. 68-81

Farida era filha do Céu, estava condenada a não poder nunca olhar o arco-íris. Não lhe apresentaram à lua como fazem com todos os nascidos da sua terra. Cumpria um castigo ditado pelos milénios: era filha-gémea, tinha nascido de uma morte. Na crença da sua gente, nascimento de gémeos é sinal de grande desgraça. No dia seguinte a ela ter nascido, foi declarado chimussi: **a todos estava interdito lavrar o chão. Caso uma enxada, nesse tempo, ferisse a terra, as chuvas deixariam de cair para sempre.**

Dias depois, sua irmã morreu. Deixaram-na morrer com fome. Fizeram isso por bondade: para aliviar a maldição. Enterraram a menina no pequeno bosque sagrado onde dormem as crianças falecidas. Meteram-lhe numa panela de barro quebrada. Foi semeada sem quase nenhuma terra lhe cobrir. Destinaram-lhe um lugar perto do rio, onde o chão nunca seca. **Assim as nuvens lembrar-se-iam sempre da obrigação de molhar a terra.** (COUTO, 2019, p. 68)

Quando Farida descobre que a irmã está viva, porque sua mãe se recusara a “cumprir a inteira tradição” (COUTO, 2019, p. 69), os antepassados e a terra castigam toda a aldeia:

O lugarzinho, no enquanto, foi sendo alvo de desgraças. A terra caiu em desordem, sopraram ventos que arderam no sol, secaram fontes e lagos. As nuvens, medrosas, fugiram. A fome e a morte instalaram residência. Tudo aquilo acontecia, dizem, por causa da mãe não se ter purificado. De noite, ouviam as cerimónias. **Pedia-se aos antepassados o favor de alguma chuva. O escuro se enchia de tambores, moendo a tristeza como um pião.** (COUTO, 2019, p. 70)

Depois do sacrifício feito pela mãe de Farida para pagar “sua dívida com o mundo” (COUTO, 2019, p. 70), “O sangue de sua mãe, vertido em seu nascimento, já não sujava a aldeia. Nesse mesmo dia, tombaram grossas chuvas. As sementes e a esperança se tinham finalmente reconciliado” (COUTO, 2019, p. 70-71).

O segundo episódio que ilustra esse funcionamento ocorre no sexto capítulo, intitulado *As idosas profanadoras*¹⁷. Numa expedição em busca de comida, Muidinga se separa do velho. Depois de desbravar os matos, Muidinga encontra uma clareira, onde há um “campo de cultivos pobres” (COUTO, 2019, p. 70). Nessa machamba, ele encontra um grupo de idosas, as quais realizavam uma “sagrada cerimônia” para “esconjurar a maldição” (COUTO, 2019, p. 99) que trouxera gafanhotos aos cultivos. Ignorante da proibição da presença masculina nesse ritual, o menino chama a atenção das mulheres, as quais o punem com um estupro coletivo por ele ter violado os “mandamentos da tradição” (COUTO, 2019, p. 2019).

¹⁷ COUTO, 2019, p. 97-99.

Outra característica do que se resolveu chamar nesta análise por sistema linhagístico é a organização social a partir da estrutura linhagística. Essa estrutura caracteriza-se pela organização hierárquica segundo a precedência, de uma geração a outra e dentro da própria geração. Nesses sistemas, os mais velhos tinham proeminência em relação aos mais jovens (GEFFRAY, 1991, p. 75.). Não por acaso, no romance, percebemos que anciãos fazem a ponte entre os vivos e os mortos e aconselham os mais jovens.

Os chefes de linhagens nobres¹⁸ (ou chefes de linhagem/chefatura) davam nexos à comunidade (entendida aqui como o conjunto do território em poder da chefatura e da população que vive sob a autoridade deste líder). Nesse sistema, a família alargada (avós, pais, tios, irmãos, filhos) constitui a base da comunidade e é uma pequena unidade da linhagem. Linhagem é o termo que define o conjunto de pessoas que compartilham o mesmo antepassado, reconhecido por meio da tradição oral. O conjunto dessas linhagens que ocupam toda a área geográfica e que obedecem ao chefe dos chefes, compõe o território linhageiro (VIEIRA, 2019, p. 35).

Esses chefes detinham o poder de intermediar em favor (ou contra) os membros sob seu domínio. E a legitimidade desses líderes era simbolizada na herança e guarda do *epepa*¹⁹, distribuídos a outros chefes de linhagem abaixo na hierarquia (*humus*)²⁰, e que concedia poder de proteção de todos os espíritos das linhagens pertencentes à comunidade (seja para invocar malefícios contra inimigos, para a defesa contra guerra e secas ou para a cura de doenças).

Cabia aos *humus* interceder pelos interesses dos membros de sua linhagem. E esses interesses envolviam desde elementos materiais quanto imateriais das atividades reprodutivas, os quais constituem esferas cindidas da vida. Cabia ao *humus* negociar para obter ou dispor de terras, celeiros e árvores frutíferas ao novo agregado que surgiria, para que ele pudesse ter autonomia na participação agrícola na comunidade. Em sua pesquisa, Vieira (2019) organizou da seguinte forma a estrutura social desses grupos:

¹⁸ Termos que, no português local próximo ao distrito de Memba (Nampula), equivalem respectivamente rei e rainha, segundo Geffray (1991:27).

¹⁹ Farinha de sorgo transubstanciada em símbolo de poder ritual que permite aos chefes a se comunicarem com os antepassados de seu grupo.

²⁰ Também possuíam os *epepas* próprios de suas linhagens.

(...) no topo do poder está o *Mambo* (1º): que é um espírito religioso e político do antepassado da linhagem. Ele não é concreto, não está vivo; Em seguida está o *Nhakhwawa* (2º): que é uma pessoa real, viva. Essa pessoa recebe os poderes do Mambo, numa relação em que estabelece uma mediação permanente entre os vivos e os mortos e seu poder é (...) sagrado. [Sua função] é dirigir o território linhageiro com a ajuda dos Conselhos de Anciões. Os Conselhos, por sua vez, são formados pelos homens mais velhos da comunidade. **Nessa conjuntura, o *Nhakhwana* determina as formas de ocupação de terras pelas famílias e nomeia os chefes subalternos;** Os *Mfumos* (3º) são esses subalternos (...) [e] têm como função resolver conflitos que não tem solução em nível familiar, determinar a época das cerimônias etc. Um *Mfumo* assume a chefia de mais de uma linhagem dentro do território linhageiro e ele escolhe os *Mwananfumo*, que deve ser aprovado pelo *Nhakhwawa*. O *Mwananfumo* (4º), por sua vez, é chefe de uma linhagem. (VIEIRA, 2019, p. 34-35)

Na trama romanesca, percebemos que Kindzu baseia suas decisões nas orientações dos anciãos de sua vila ou do *nganga* (feiticeiro ou *nhamussoro*), quais sejam, a maneira como a cerimônia fúnebre de seu pai deve ser realizada, o que fazer para aplacar a ira do espírito de seu pai e o modo como ele deve deixar sua sua terra natal. Nesse sentido, o *nganga* parece exercer o poder sagrado do *Mfumo* ou *Humus*.

Nessa organização, a legitimidade para organizar a vida da comunidade se estendia à vida material. Por isso, o acesso à terra ocorria a partir da estrutura linhagística (GEFFRAY, 1991, p. 75), pelo casamento, pelo pagamento de tributos em espécie (VIEIRA, 2019, p. 29), segundo uma lógica que não entende a terra como uma propriedade na qualidade de mercadoria.

Além disso, nesses sistemas, há divisão sexual das tarefas reprodutivas. O “bom marido” (GEFFRAY, 1991, 103) deveria dar filhos para as mulheres, oferecer-lhes regularmente *capulanas*²¹, ser um “bom” trabalhador, buscar meios para pagar os impostos. E a esposa devia realizar as atividades domésticas, cuidar dos filhos, preparar as refeições, auxiliar os companheiros material e imaterialmente, além de ser delas a responsabilidade da machamba, ou seja, do cultivo no terreno agrícola.

No romance, notamos que essa organização está representada no período colonial ou pós-colonial. O sistema linhageiro determina um padrão de organização da vida social e territorialidade baseada na linhagem, mas se mistura aos outros padrões de territorialização impostos pela modernização.

²¹ Tecido tradicional que têm várias funções e usos, desde vestuário (saia, turbante), a toalhas para carregar os filhos junto às costas, para fazer trouxas, cortinas etc. A falta de capulanas (roupas) é parâmetro para auferir a piora das condições materiais. No romance, a descrição de alguns personagens em condições paupérrimas é associada à magreza e à precariedade nas vestimentas.

A mãe de Kindzu é responsável pela machamba, pela comida, pela limpeza, pelo cuidado com os filhos e com o companheiro – inclusive de cozinhar para ele depois de morto. Há também a figura de Tia Euzinha que cuida da irmã e sobrinha (Farida) dada a condição social de isolamento delas no seio de seu grupo. Na aldeia dessa personagem, eram as mulheres que também limpavam os poços (COUTO, 2019, p. 70) e faziam as cerimônias para pedir a chuva. Apenas mulheres poderiam realizar a “sagrada cerimônia” (COUTO, 2019, P. 97-99) para afastar a maldição, espantando gafanhotos, que destruíam o pobre cultivo de milho, meixoeira e mapira.

Os homens são quem fazem a ponte entre os vivos e os mortos (por exemplo, o nganga, o pai de Kindzu, os anciãos). Além disso, no romance os homens pescam, cuidam da criação (cabritos, galinhas, gado).

Finalmente, nesse contexto descrito por Kindzu, a vida social parecia ser organizada, nos termos que propõe Toledo (2008), a partir de uma *espacialidade* una, onde o local de produção (machambas-mulheres; criação e caça-homens) e local de residência constituem uma totalidade. Essa espacialidade é determinada – e determinante – por todos os momentos da vida.

Nessa interpretação, quando Kindzu afirma que no tempo de sua infância a vida ainda tinha sentido, consideramos que este sentido se perde à medida que o *sentido da colonização* ganha – por meio da violência – seus espaços e as categorias trabalho e dinheiro desestruturam – por meio da violência econômica e extra econômica – as sociedades não capitalistas. Por isso, o tempo colonial é um tempo ambíguo. É simultaneamente, “o tempo em que o mundo tinha a nossa idade” (COUTO, 2019, p. 14) e o tempo marcado pela violência do “malvado colono” (COUTO, 2019, p. 161).

5.2.1.2 Sistema colonial: origens da perda de sentido da vida e a territorialização do capital

5.2.1.2.1 Da ocupação colonial para a formação do Estado colonial.

Afirmamos que o enredo do romance se desenvolve por volta das décadas de 1970 e 1985. Mas consideramos importante realizar breve panorama do início da territorialização colonial, situada no vale do Zambeze, pois foi nesse momento que a exploração de minérios criou a relação capital.

Afirmamos que os europeus, ao chegarem na África, não se depararam com vazios demográficos. Durante séculos (do XVI ao XIX), os portugueses se adaptaram

às diversas relações de poder existentes no território com o fim de se apropriar de alguns recursos naturais. Além disso, os portugueses enfrentaram nesse período forte concorrência no território, seja dos indianos, com o comércio de marfim, seja dos negreiros árabes, com o escravagismo. Apesar dessa conjuntura complexa, o processo de territorialização do capital seguiu seu curso. Segundo Vieira (2019),

Não nos está claro como se dava a coerção ao trabalho nesse momento, mas a partir desse esboço compreendemos que os portugueses seguiam mecanismos já existentes e acreditamos que em processo, os portugueses envolveram-se nessas relações pré-coloniais e aos poucos desestruturaram antigas relações de poder, tendo a força militar como instrumento para validar seu poder (VIEIRA, 2019, p. 31)

Durante esses séculos iniciais, formaram-se no vale do Zambeze os chamados *Prazos da Coroa*, um sistema complexo de relações econômicas cujo objetivo era aproximar os povos da região ocupada (VIEIRA, 2019, p. 32). Nessas terras, as concessões/arrendamentos ocorriam por meio do direito romano. Essas grandes áreas de produção tinham suas propriedades cedidas – na metrópole – a mulheres portuguesas (viúvas ou órfãs), chamadas de donas de prazo-prazeiras. Os portugueses que tivessem interesse no território ultramar deveriam se casar com essas mulheres para obter os prazos por até três gerações (VIEIRA, 2019, p. 32-33).

Com a posse dos prazos, esses homens – os senhores dos prazos – eram incorporados às dinâmicas locais, sendo que “quase todos se casavam com as filhas dos chefes locais africanos ou suas parentes próximas e constituíam as suas próprias famílias mestiças”²² (VIEIRA, 2019, p. 33). Vieira (2019) aponta que o objetivo da Coroa com esses arrendamentos era:

(...) extorquir tributos dos camponeses e não exatamente um processo de povoamento naquela região por portugueses, ou seja, naquele momento de acumulação interessava à Portugal explorar minérios para comercializar, minérios explorados por pessoas locais. Nesse sentido, esse momento é possível de ser pensado pela totalidade da relação como um momento de acumulação primitiva (Marx), pois cria a relação-capital. (VIEIRA, 2019, p. 32)

Desse complexo sistema Afroportuguês (VIEIRA, 2019, p. 32), a consequência para o contexto linhagístico foi a de que os Mfumos passaram ser aparentemente

²² A partir dessa informação, pensamos ser possível ser essa uma das origens do argumento o personagem português Romão Pinto em reivindicar *os seus direitos* sobre os corpos das *mulatas*.

instrumentalizados pelos senhores e donas dos prazos. Segundo a autora, a função nessa relação passou a ser:

(...) a mediação com os camponeses que viviam e trabalhavam nas terras, num encontro de, digamos assim, dois mundos, pois compreendemos que o que organizava as relações entre as pessoas locais e os estrangeiros tinham lógicas particulares. O Mfumo deveria cobrar dos camponeses um tributo anual, o mussoco e entregar para esses senhores do prazo, chamados de muzungos [*peças brancas ou mestiças*]. Diferentemente do caso brasileiro, em Moçambique eram os camponeses que eram chamados de colonos²³. Assim, os colonos pagavam a renda em produto (Marx) para os donos dos prazos: indianos e portugueses. (...) esse pagamento em gênero e em Tete era realizado com milho e, como o clima de Tete dificultava o cultivo, a consequência foram migrações. (VIEIRA, 2019, p. 34).

Nesse momento, é necessário pontuar a existência de dois modelos de trabalho escravo. Um deles é o escravagismo, caracterizado pelo tráfico internacional realizado por negreiros árabes, cujo recrutamento compulsório²⁴ era realizado pelos chefes locais, mediante indenização às divisões administrativas coloniais (os senhores dos prazos). O outro é o trabalho escravo interno, que se realizava “no contexto da reprodução das relações locais, domésticas e produtivas” (VIEIRA, 2019, p. 39), utilizadas tanto pelas sociedades não capitalistas, quanto pela moderna.

Esse cenário se transformou no final do século XIX, em função da Conferência de Berlim (1885), período em que se inaugura o chamado imperialismo. Foi nesse contexto que a ocupação colonial se transformou em dominação colonial, criando condições para a mobilização do trabalho e territorialização do capital, formando o Estado colonial, que delimitou as fronteiras atuais do território e criou o/a Moçambique representada no romance.

5.2.1.2.2 Formação do Estado colonial: A terra em “desmandados maus tratos”.

De acordo com Luxemburg (1970) formulou que o capitalismo, na política colonial moderna, não podia esperar que as economias não capitalistas dos territórios

²³ No romance, Romão Pinto, personagem português, dono de muitas terras, é colono. Seu avô e pai foram colonos também.

²⁴ Sequestro realizado pelos *achikundas*. Esse grupo constituía o exército privado dos senhores dos prazos que cobrava impostos e fazia o policiamento dos prazos. Após a abolição da escravidão, eles passaram a ser designados por Cipaio/Sipaio. (VIEIRA, 2019, p. 39)

coloniais se decompusessem de maneira lenta. Então, foi questão vital a apropriação violenta dos meios de produção pela aniquilação das estruturas sociais não capitalistas, bem como a introdução da economia de mercado por meio da indução também violenta das sociedades não capitalistas a adquirir mercadorias produzidas pelo capital, a destruição do artesanato, o protecionismo, os empréstimos internacionais, a política de interesses privados e a guerra (LUXEMBURG, 319-320, 398). Segundo essa autora,

Como os laços tradicionais dos indígenas constituem a muralha mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não capitalistas. (...). O capital só conhece, como solução para esse problema, o uso da violência, que constitui um método permanente da acumulação de capital no processo histórico (...). (LUXEMBURG, 1970, p. 319-320)

A esta altura, Portugal era dependente da oligarquia financeira inglesa e, consequentemente, do Império Britânico, parceria responsável por delimitar as fronteiras de Moçambique (VIEIRA, 2019, p. 42) e o regime de espoliação do território. Segundo apontou Vieira (2019), este período é caracterizado como o ápice da colonização e início do trabalho explicitamente forçado, chamado de xibalo:

(...) há uma mudança significativa no final do século XIX, com a entrada do capital financeiro no sistema produtivo e uma nova posição dos Estados Nacionais europeus no controle do território no continente africano com a formação do Estado Colonial. Essa mudança na dominação e controle do território, com a ocupação efetiva de Moçambique, foi oficializada na Conferência de Berlim (1885) em que o controle do território foi demarcado apenas entre os países europeus, excluindo dessa disputa, por exemplo, os árabes que tinham e mantiveram grandes relações comerciais marcadamente em Moçambique. É a partir desse momento que dirigem-se à colônia moçambicana mais comerciantes da metrópole portuguesa, seguidos pelas companhias estrangeiras, as Companhias Concessionárias do século XX. (VIERIA, 2019, p. 41)

A respeito das fronteiras, recorreremos novamente às elaborações de HEIDEMANN et al (2014: 59) para compreender que “a especificidade das áreas colonizadas na territorialização do capital explicita-se nas transformações não simultâneas entre as escalas territoriais”.

Desse modo, a mobilização escravista nas colônias durante o capitalismo mercantil propiciou a acumulação primitiva e a revolução industrial na Inglaterra se

referem à escala da totalidade. A escala regional é resultado, nas colônias, da superação do capitalismo mercantil para o imperialista, cujas as áreas colonizadas continuam subjugadas na divisão internacional do trabalho.

No Brasil, a referida escala é interpretada como a transformação do território a partir da queda do exclusivismo metropolitano, momento da territorialização do Estado nacional. No caso de Moçambique, a territorialização do Estado colonial é o momento da consolidação desse exclusivismo, cuja escala de totalidade corresponde à acumulação na África do Sul, em momento de reprodução do capitalismo industrial e financeiro (VIEIRA, 2019, p. 52).

Entendemos também pertinente acrescentar as formulações de Mbembe (2016) para elucidar que a violência desse processo é explícita e consolida a desumanização dos povos não europeus. No livro *Necropolítica*, esse autor sustenta que a política²⁵, a soberania²⁶, o biopoder²⁷ e outros mecanismos (as relações de inimizade, o racismo, o estado de exceção e o estado de sítio) estão entalhados no modo como funcionam todos os Estados modernos²⁸:

(...) o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE, 2019, p. 128).

A escravidão é, para este autor²⁹, uma das experiências pioneiras de experimentação biopolítica e o estado de exceção a figura emblemática e paradoxal nascida do sistema colonial. A pessoa escravizada submete-se a uma dominação absoluta, sofrendo uma perda tripla (perda dos direitos sobre o próprio corpo, perda do status

²⁵ Definida como o “trabalho de matar” (MBEMBE. 2016, p. 127)

²⁶ Definida como “direito de matar” (MBEMBE. 2016, p. 128)

²⁷ “aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou controle” (MBEMBE. 2016, p. 123).

²⁸ Não podemos esquecer que os Estados modernos se formam em razão de empreendimentos que visavam a acumulação de riquezas, em função da territorialização do capital.

²⁹ Aqui entendemos que o autor se refere à escravidão enquanto instrumento de exploração utilizado por Estados modernos. Ao nosso ver, trata-se de um instrumento que assume essas características, mas utilizada por empreendimentos sustentados por Estados modernos.

político e perda do lar) que desfigura a natureza humana da pessoa nessa condição, tornando-a como uma “sombra personificada” (MBEMBE, 2016, p. 131).

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em ‘estado de injúria’, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui, torna-se um elemento inserido na etiqueta, como chicotadas ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e pura destruição visando incutir o terror. A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida. (MBEMBE, 2019, p. 131-132).

Apesar da condição desumanizada, apesar do terror e da reclusão simbólica, de instrumentalização, a pessoa escravizada é capaz de “de demonstrar as capacidades polimorfos das relações humanas por meio da música e do próprio corpo” (MBEMBE, 2016, p. 132), de desenvolver concepções alternativas (sobre o mundo do trabalho, sobre si mesma, sobre o tempo) e extrair de instrumentos, objetos, linguagem, representação ou gesto e lapidá-los de modo a romper com o puro mundo das coisas, do qual essa pessoa é nada mais que uma fração, e transgredir de sua condição de desterritorializado.

A territorialização de um Estado soberano, para Mbembe, relaciona-se com a criação de uma ordem jurídica europeia, cujos princípios são a igualdade jurídica entre os Estados, especialmente no que diz respeito ao direito da guerra, de modo que a partir da determinação de suas fronteiras, cria-se a distinção entre o que é Europa (onde vigora a ordem jurídica) e as partes do mundo que podem ser apropriadas, as colônias.³⁰

Assim, as colônias são espaços onde ocorre a promoção da aniquilação por meio da instrumentalização brutal de grupos considerados desumanizados – em que o sentido é a produção de mercadorias para o mercado europeu. São espaços de terror, de *tripalium*. Espaços que não foram organizados de modo estatal e “não criaram um mundo humano” (MBEMBE, 2016, p. 133):

³⁰ Assumimos novamente que o nosso posicionamento é de que a territorialização do Estado soberano ocorre em função da territorialização do capital. A ordem jurídica serve para consolidar o capital enquanto relação social de dominação e, se Mbembe (2016) entende que ele regula o direito de fazer guerra, e a guerra é um dos principais métodos para a acumulação de capital (Luxemburg, 1970), o direito de fazer guerra corresponderia, portanto ao direito de acumulação.

(....) são zonas em que a guerra e a desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’. (MBEMBE, 2016, p. 133)

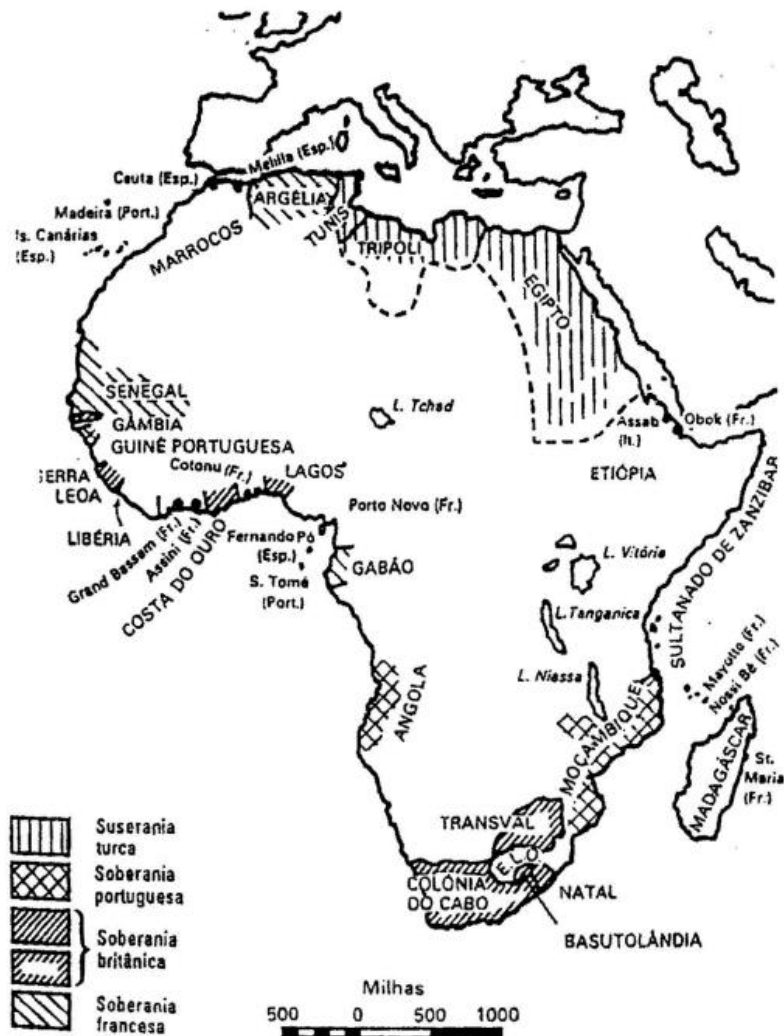


Figura 2 - Mapa da África 1878. (LOURENÇO, 2010, p. 272)



Figura 3 - Partilha da África no pós-armistício de 1919 (LOURENÇO, 2010, p. 275)

Comparando os mapas acima, vemos representada a partilha do continente africano entre europeus em que a regionalização é aparentemente política, mas sua essência é econômica³¹. Acima mostramos dois mapas de Moçambique. O primeiro (figura 2) representa a presença colonial no continente antes de 1878. O segundo (figura 3) representa a partilha da África após a “guerra legítima” – nos termos de Mbebe (2016) – entre os Estados soberanos europeus, ou seja, a divisão dos prêmios da guerra e a formação das fronteiras dos Estados coloniais.

³¹ Considerando que economia e política não se separam, é uma regionalização essencialmente violenta.

Em outras palavras, as diferentes regionalizações constituem capítulos, momentos, da totalidade da acumulação. Elas se constituem em conjunto em razão de empreendimentos que aniquilam outros povos, cujo sentido é a produção para o comércio europeu. Os mapas seguintes representam o Estado colonial moçambicano, formado depois de guerras contra povos não europeus, para a criação de empresas.

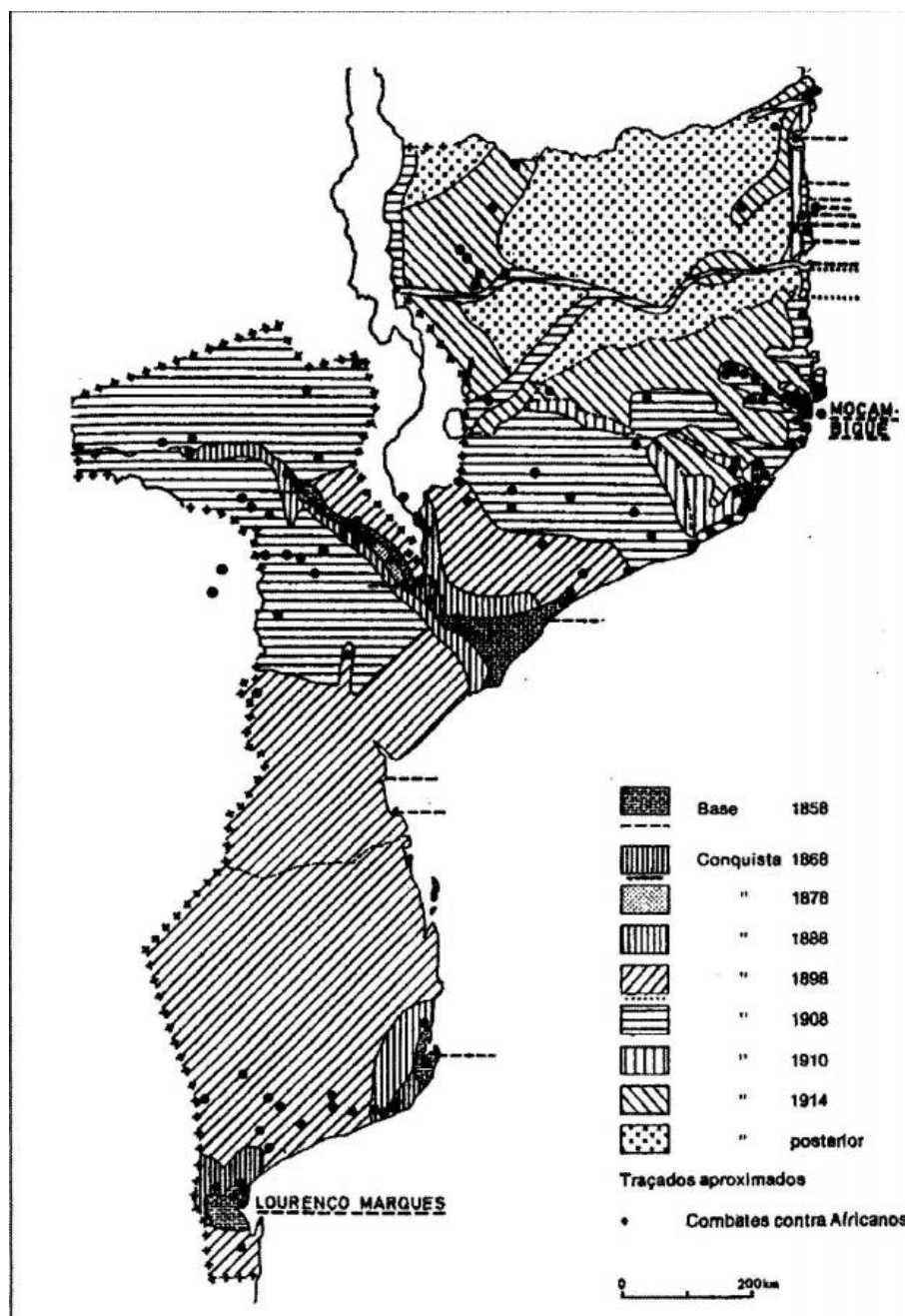


Figura 4 - Progressão das conquistas dos portugueses (1858-1918) (LOURENÇO, 2010, p. 280)

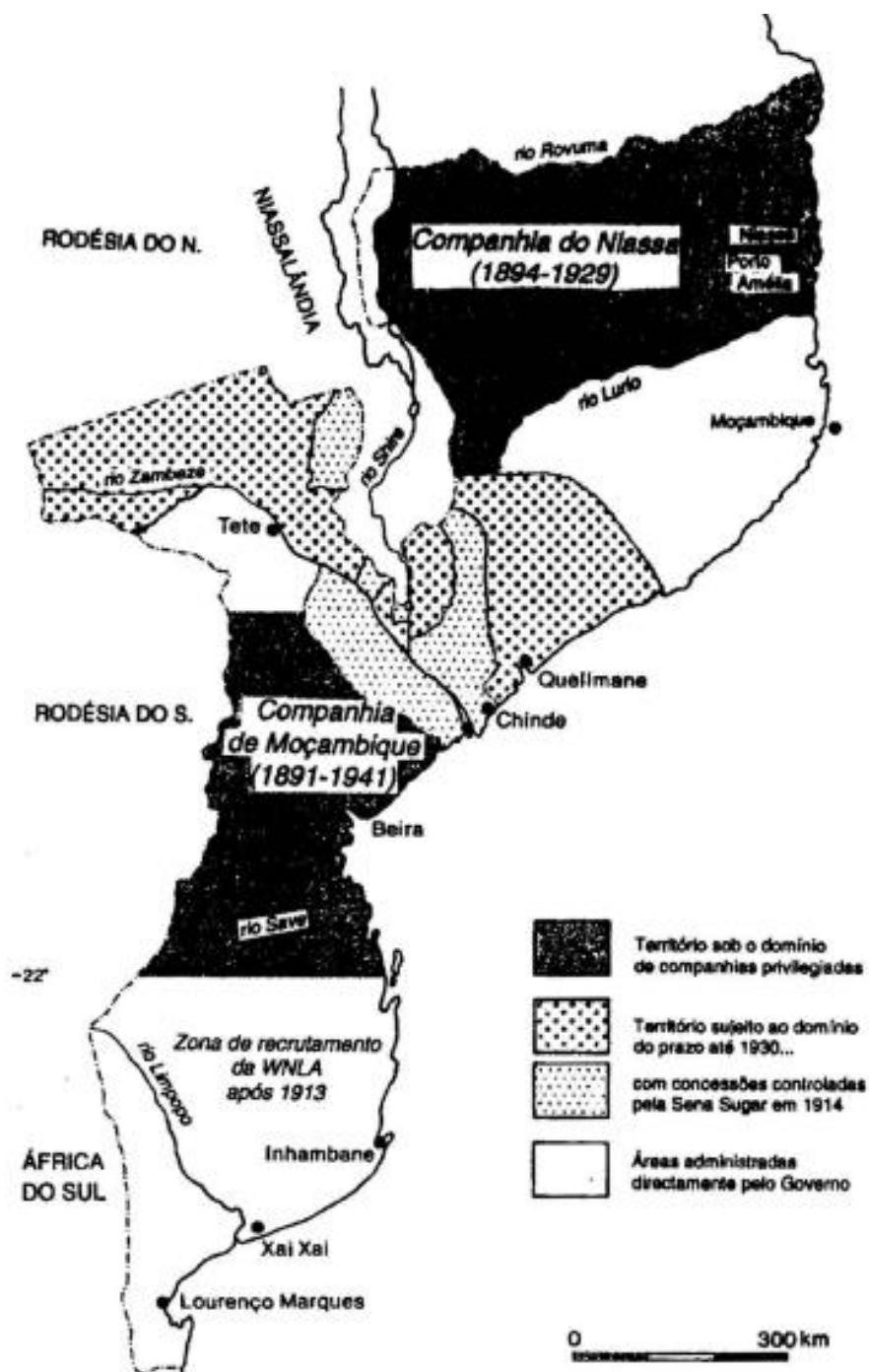


Figura 5 – Mapa da repartição produtiva de Moçambique (LOURENÇO, 2010, p. 284)

A figura 4 espacializa a progressão da ocupação portuguesa no tempo e no espaço, a partir das campanhas militares e a consolidação das relações de dominação capitalistas. Por sua vez, a figura 5 representa as empresas que exploraram o território

(e a população) e a regionalização decorrente dessa exploração³². Ao apresentar esses mapas, nosso objetivo é mostrar como o espaço foi dividido (regionalizado) a partir de critérios econômicos (quem tem legitimidade de explorar o que), na consolidação do capitalismo como sistema mundial.

O propósito também é destacar, através do raciocínio de Mbembe (2016), que esses critérios de caráter econômico que resultaram da(na) ocupação colonial significam a formação de um espaço de necropolítica, um espaço onde quem domina tem direito de fazer qualquer coisa, inclusive o direito de matar em qualquer momento, de qualquer maneira. As regiões resultam da particularidade e diferenças entre lugares, em função da divisão territorial do trabalho e, no espaço das colônias, elas constituem:

(...) fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. (MBEMBE, 2016, p. 135).

As especificidades referentes à formação do Estado colonial moçambicano envolvem a pressão exercida na estrutura linhagística através de medidas econômicas e medidas coercitivas extra econômicas: a metrópole se apropriou das melhores terras e relegou a população africana para reservas onde a base de produção se tornou insuficiente, implementou impostos e tributos e instituiu o trabalho forçado³³. Medidas necessárias para o processo de produção da força de trabalho e do estabelecimento do dinheiro e da mercadoria como nexo social.

³² As Companhias Magestáticas e Concessionárias

³³ Xibalo ou chibalo, que eram muitas vezes simultâneos a castigos físicos. A esse respeito ver, Manguezi (2003). As entrevistas realizadas deixam claro que o trabalho forçado não era em apenas um setor, sendo que esse trabalho ocorria após uma prisão (porque o(a) trabalhador(a) supostamente deixou de pagar algum imposto). O trabalhador submetido ao xibalo recebia um salário, do qual uma porcentagem – segundo os relatos, a metade – era descontada para o pagamento de mais impostos, não só os devidos. Além disso, uma mesma pessoa poderia ser forçada a trabalhar na construção de estradas, no latifúndio de algum colono e, também, para o régulo.

O conjunto normativo conhecido como lei do Indigenato³⁴ – que era aplicado apenas aos povos do sistema linhaístico – foi a medida jurídica portuguesa que, embora aplicável a todas as suas colônias, conferia especificidades locais. Essa lei foi também a responsável por criar a ideia (e sua criminalização) de vadiagem e a sua negação, o trabalho. Sendo o trabalho “livre” considerado prática de reprodução que fosse necessariamente trabalho abstrato. Outras consequências dessas medidas foi a separação dos homens e mulheres em grupos e subgrupos, como mencionamos acima a partir das explicações de Mbembe (2016). Dessa forma, racismo se institucionaliza na formação colonial como consequência dessas medidas jurídicas apontadas.

Mistifica-se, então, a concepção de superioridade europeia, a sua legitimidade de dominação e controle como um favor aos povos africanos, em função da ideia de sua missão civilizadora, o fardo do homem branco³⁵. Criam-se as categorias civis, os cidadãos (os portugueses, sujeitos de direito) e não cidadãos (os indígenas, objetos de direito). E, também, surgiu a subdivisão entre os negros, com a criação da figura do assimilado sendo este último os indígenas falantes da língua portuguesa, adaptado aos costumes portugueses e que apresentasse renda compatível para adquirir esse status político.³⁶

A ambiguidade de nascer e viver “num regime colonial com tudo que tem de segregação, de racismo”³⁷, ainda que fosse filho de portugueses, revelado enquanto pano de fundo que orienta comportamentos dos em *terra sonambula*.

É o racismo que confere ao personagem português do romance – “dono de muitas terras” e “filho e neto de colonos” (COUTO, 2019, p. 71) – o “direito” de abusar e estuprar as mulheres que deseja, especialmente as mulatas.

Romão Pinto se cismava: um homem em tão magra solidão não tem direito às redondas morenices? As pretas, Deus me proteja. **Mas as mulatas, essas quem as concebeu? Não fomos nós, portugueses? Pois então temos direito** a petiscar essas lascivas carnes. (COUTO, 2019, p. 143, *Grifo nosso*)

³⁴ A publicação desta lei ocorreu no ano de 1878. Posteriormente outras alterações foram aprovadas nos anos de 1899, 1914, 1926, 1954 e 1962 (VIEIRA, 2019, p. 46).

³⁵ Queremos chamar a atenção para o fato de que a produção literária deste período refletiu a política assimilacionista, servindo ao empreendimento da territorialização.

³⁶ As alterações de 1928 estipulavam que “quem não cumprir cumulativamente três condições – ruptura com os usos tradicionais da raça negra, falar português, exercer uma profissão etc, é indígena.” (VIEIRA, 2019, p. 69)

³⁷ Fala de Mia Couto em entrevista concedida ao Café Filosófico.

O romance mostra esse imaginário que produz a ideia das diferentes raças, das as mestiçagens de alta ou baixa qualidade. Em amizade com o comerciante indiano Surendra, que a família de Kindzu temia que a alma do jovem “arriscava se mulatar, em mestiçagem de baixa qualidade” (COUTO, 2019, p. 23). Se fosse para mulatar a alma e se “afastar do mundo original”, que fosse para aprender as “feitiçarias dos brancos”, para “falar bem, escrever muito bem e, sobretudo, contar ainda melhor” (COUTO, 2019, p. 23) em língua portuguesa, um pré-requisito para poder ganhar status de assimilado.

Se por um lado, as leis do indigenato promovem essas hostilidades entre grupos, por outro, a administração colonial permite a coerção ao trabalho abstrato, *trabalho* com o fim em si mesmo, por estabelecer a “obrigação moral” (VIEIRA, 2019, p. 46) dos agricultores em comprovar atividades que não fossem de subsistência (o cultivo nas machambas), caso contrário, os homens negros seriam presos para cumprir o xibalo.

Trata-se **do processo de mobilização para o trabalho** que passou tanto pela **obrigação dos pagamentos de tributos, quanto da proibição do que era entendido como vadiagem e assim pessoas foram explicitamente forçadas ao trabalho**. Essa expropriação ocorre em processo, pois à medida em que o maior tempo necessário para o pagamento de impostos ou o cumprimento do trabalho forçado, levou à diminuição da produção nas machambas. Compreendemos, portanto, esse processo como de expropriação, mesmo os agricultores mantendo o acesso à terra. (VIEIRA, 2019, p. 15, grifo nosso)

Para esse feito, os portugueses implementaram uma figura de autoridade imbuída de facilitar a exploração do trabalho, intermediando as relações entre a base produtiva linhagística e a capitalista, entre as linhagens e a administração colonial. Essa nova autoridade, ilegítima perante a comunidade, era chamada de Régulo.

Os régulos, através do apoio dos cipaio³⁸, eram responsáveis pela cobrança de impostos, em dinheiro, junto às famílias. Caso a dívida não fosse paga, as pessoas cumpriam o xibalo, situação em que enviadas para trabalhos públicos da Administração, em empresas ou em latifúndios dos colonos.

³⁸ Segundo o glossário do romance, esse termo significa “polícia negro no tempo colonial”, (COUTO, 2019, p. 198). Esses agentes eram responsáveis pelo recenseamento, pelo controle dos fluxos migratórios, pela cobrança dos impostos. Também eram responsáveis por forçar o trabalho e punir e, em última instância, evitar fugas. (VIEIRA, 2019, p. 52 e 53).

A consequência dessas medidas, somadas as que serão explicadas adiante, foi a quebra parcial do processo de produção, distribuição e consumo inerente dessa formação social não capitalista, que gerou trabalho excedentário e migrações economicamente forçadas, ocasionando o surgimento de uma força de trabalho, considerada por First (1977) como força de trabalho semiproletarizada. A autora explica essa contradição que caracteriza a força de trabalho moçambicana no excerto a seguir:

A acumulação primitiva na África Austral³⁹ não assentou na separação total do trabalhador em relação aos meios de produção do que resultou o facto do trabalhador não depender exclusivamente da venda da força de trabalho. Antes pelo contrário, o sistema baseou-se na conservação e reestruturação, em diversos graus, das relações pré-capitalistas. O trabalhador não é totalmente proletarizado, pelo facto de não depender exclusivamente do salário. Por outro lado, as comunidades rurais, a que o mineiro pertence, incapazes de garantir a subsistência do agregado familiar vêm-se na necessidade de fazer migrar os homens da idade adulta (FIRST, 1977, p. I. 4)

Foi por meio do trabalho migratório porque a via de acumulação de capital possível e mais rentável⁴⁰, para os portugueses não ocorreu através da exploração direta, mas a partir dos arrendamentos de terra (para companhias concessionárias, que se beneficiaram do trabalho forçado); pela permuta de força de trabalho para a construção infraestruturas de transporte (ferroviárias, portuária e rodoviária); desempenhando a função de “rentier”⁴¹, ou seja, especuladora em relação à força de trabalho mineira⁴², masculina, disponibilizada para as minas da África do Sul e através da adoção de pautas aduaneiras protecionistas em relação ao comércio lusitano com Moçambique, responsáveis por destruírem o artesanato indígena.

Essa característica de exploração conferiu ao Estado colonial de Moçambique uma base econômica voltada aos serviços de transporte e fornecimento de força de trabalho. A consolidação da economia colonial moçambicana demarca-diferencia sua posição na divisão internacional do trabalho.

³⁹ Foi a imposição do tributo monetarizado, cujo não pagamento justificou a escravização a qual mobilizou o trabalho para a África do Sul e forma a região.

⁴⁰ Possível porque o Estado português não tinha recursos suficientes que o permitisse explorar diretamente o território. A inviabilização da exploração direta foi, contraditoriamente, promoveu maior acumulação. A consequência foi o chamado “atraso” no desenvolvimento industrial na colônia.

⁴¹ Portugal recebia o pagamento pelos contratos em ouro, com valor fixado pelo acordo com a Transvaal, e pagava os mineiros no retorno, descontando impostos, em Escudos (moeda de Moçambique colonial) (FIRST, 1977, p. I. 3)

⁴² A migração da força de trabalho, originárias das províncias do sul do Rio Save, não ocorreu apenas para as minas de Witwatersrand, ou minas do Rand, mas também para as plantações de cana-de-açúcar do Natal, além da captação de força de trabalho pelas companhias majestáticas e arrendatárias. Além disso, Araújo (1988) afirma que as populações da região central de Moçambique migravam para as Rodésias.

A precoce monopolização da indústria mineira sul-africana resultou, dentre outras causas, da cooperação bilateral Estado (África do Sul) – Estado (Portugal), institucionalizada a partir de 1897 por meio de tratados. Esses acordos resolviam o problema do fornecimento da força de trabalho africana para a indústria mineira a longo prazo e de forma estável.

Para Portugal, a venda da força de trabalho significava obter de maneira constante uma fonte de receitas regulares, além da construção e manutenção da infraestrutura de transporte em Moçambique, onde – como já foi explicado - era utilizado xibalo.

No romance há um capítulo – ainda que curto - inteiramente dedicado à relação que esse tipo de serviço exercia na vida das pessoas, tanto aos impactados diretamente nesse sistema, quanto aos indiretamente. Um exemplo é o bar do Ferroviário (COUTO, 2019, p. 73), nome do estabelecimento que Romão Pinto frequentava, na Vila de Matimati. Outro, mais evidente, é o relato de Tuahir à Muidinga sobre sua profissão de ferroviário, no capítulo intitulado *O suspiro dos comboios*⁴³.

O velho se lembrava, olhos quiméricos. Recordava o trem resfolegando pela savana, trazendo as boas simpatias de muito longe, **os mineiros que chegavam carregados de mil ofertas**. Sua memória se inundava de vapores e fumos, esses que cacimbam as sonolentas estações. (...) Tuahir se recorda. Seu serviço tinha sido numa estaçãozinha. Quando a guerra chegou, os comboios deixaram de passar. Mas ele ficou em seu posto, com sua lanterna, sua atenta bandeira. (...) Pontualmente **Tuahir madrugava na gare, varria o patamar, reparava as tábuas da casinha**. Aplicava seu princípio: há-de vir, um dia o comboio virá. Quando chegasse a data ele estaria à frente da ocasião, todo fardado, todo organizado. Como sempre fizera, saudaria a locomotiva em solene continência. **As carruagens arrastariam seu suspiro de ferros, as meninas correriam com seus cestos vendendo frutas** e a vida se banharia de luzes e vozes. (COUTO, 2019, p. 133-134, grifo nosso).

Assim, é possível perceber nesse trecho da história não só a ênfase da infraestrutura deste modal de transporte, mas o retrato da semiproletarização através da figura dos mineiros, da força de trabalho empregada no sistema ferroviário e, por último, nesse excerto, a figura das meninas como outra faceta dessa dinâmica, pertencente ao contexto linhagístico.

A cooperação bilateral também contribuiu para que Portugal desempenhasse a função especuladora em relação à força de trabalho mineira. As normas estipulavam

⁴³ COUTO, 2019, p. 133-135.

que a mão de obra mineira deveria ser migrante, com contratos de um ano, prorrogáveis por mais 18 meses, com salário fixo não negociável. Além disso, os trabalhadores não tinham nenhum poder de escolha sobre local de trabalho ou salários, nem margem para negociação. Cada trabalhador conscrito correspondia a um agregado familiar. O recrutamento dela era monopolizado por uma única empresa⁴⁴, cuja captação de força de trabalho estava restrita às províncias de Gaza e Inhambane e Maputo.

Segundo o estudo produzido por First (1977), dos anos de 1904 a 1976, essas províncias foram responsáveis por exportar uma média de 90.748 homens por ano⁴⁵. Em certos anos, os moçambicanos ultrapassavam mais da metade do total de trabalhadores nas minas. Araújo (1988), por sua vez, afirma que segundo as estatísticas oficiais de 1970, mais de 113 mil homens migraram para as minas do Rand (ARAÚJO, 1988, p. 36) e que, além disso, esse número é subestimado em função das migrações clandestinas (ARAÚJO, 1988, p. 65).

Destaque-se que esses contratos não respeitavam o ciclo agrícola, o qual dita os ritmos do sistema linhagístico, acentuando desta forma a dependência dos agregados familiares ao recurso do assalariamento e ao mesmo tempo sobrecarregando as mulheres.

Essa contextualização ajuda a compreender algumas lacunas a respeito do destino dos irmãos de Kindzu e dos filhos de Tuahir. No caso do narrador dos diários, tem-se as memórias sobre sua mãe, "sempre muitíssimo mãe, eternamente grávida, filho-fora, filho-dentro. (...). -Tive tantos filhos, tantíssimos. Todos foram, ficaste só tu, Kindzu." (COUTO, 2019, p. 21). Em outra ocasião, tem-se o caso de Tuahir:

(...) seus filhos já quase não deixavam memória. Sentia saudade de ser pai, era como se voltasse a ser jovem.
— Te vais chamar Muidinga, decidiu.
Era o nome que tinha sido dado a seu filho mais velho, **ido e esvaído nas minas do Rand**.

Assim, podemos nos perguntar se isso que lemos reproduzido na ficção, esses filhos que quase não deixam memórias, as práticas sociais introjetadas pelo processo de mobilização da força de trabalho, que assume característica particular na

⁴⁴ A Witwatersrand Native Labour Association (WNLA ou WENELA), única empresa autorizada a recrutar a força de trabalho em Moçambique, especificamente ao sul da latitude 22, ou seja, nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo. Na figura 5, era a área ao sul do rio Save, sob administração direta do poder colonial.

⁴⁵ Dados extraídos da tabela "Composição da Força de Trabalho nas Minas" (FIRST, 1977, p. I. 11).

prática migratória deste contexto. Quais sejam, a migração forçada desses homens mobilizados para o trabalho, cerceados da vida junto ao seu agregado familiar para os centros de acumulação, seja por causa do xibalo, seja através dos recrutamentos da WENELA, seja por meio do trabalho clandestino.

Para a metrópole, essa mobilização significou a retirada de seus lucros a partir do comércio invisível e da especulação na venda força de trabalho africana. Isso porque a administração colonial, por meio dos régulos e das companhias (seja a WENELA, seja as companhias concessionárias⁴⁶) tinha controle sobre os valores pagos aos trabalhadores, a partir de uma Convenção assinada entre Portugal e África do Sul em 1920. Maloa (2016) explica em sua dissertação a razão do acordo:

Nela ficou acordado o repatriamento forçado dos migrantes moçambicanos que trabalhavam nas minas da África do Sul, que depois de um contrato de 18 meses, um sistema de pagamento diferido, focavam a regressar para receber cerca de metade dos salários do trabalhador a serem pago pelas minas ao governo de Moçambique em divisas, sendo o trabalhador reembolsado em escudos, no seu regresso. (MALOA, 2016, p. 24)

Por fim, a adoção de pautas aduaneiras protecionistas em relação ao comércio lusitano com Moçambique foi a outra maneira pela qual a metrópole subordinou a população africana. Os principais produtos foram o vinho (entre 1865 até 1919) e o algodão (a partir de 1873)

Para Sampaio (2018), a destinação das bebidas alcóolicas para a colônia visava escoar o excedente da produção. A introdução deste produto em Moçambique ocorreu através do fomento do alcoolismo entre a população local, a fim de criar um mercado consumidor para essa mercadoria.

Dois fatores foram eficazes para o sucesso das exportações: a criação do chamado “vinho para preto”, uma mistura entre o vinho e a aguardente, manipulada a fim de aumentar o teor alcoólico em função, de acordo com Sampaio (2018), da preferência dos africanos por bebidas com teores mais altos. Justificativa questionável, uma vez que tal mistura barateava o custo da bebida e aumentava o lucro dos produtores.

⁴⁶ A partir de 1930, o Estado português aboliu o sistema de concessões às companhias majestáticas e arrendatárias, de forma que o sistema administrativo do Estado colonial pode ser uniformizado. Assim, o estado passou a assumir diretamente a regulamentação do recrutamento a distribuição da força de trabalho entre os diferentes setores econômicos. Para saber mais a respeito, ver Tomé M. Maloa. (MALOA, 2016, p. 24).

Não só essa característica, em tese, atraiu o interesse dos africanos, mas também o fato de que a disponibilidade constante deste produto nos mercados foi uma alternativa às bebidas locais – geralmente produzidas pelas mulheres –, cuja fabricação dependia do tempo de amadurecimento e, depois a fermentação, de certas frutas.

Além disso, as mulheres ficavam disponíveis para a realização outras atividades produtivas. Isso porque a instituição do xibalo fazia migrar os homens e demandava que elas suportassem sozinhas (mulheres, crianças e idosos) a produção nas machambas (SAMPAIO, 2018, p. 237). Em outras palavras, elas ficavam “livre” para produzir os cultivos obrigatórios e os necessários à sobrevivência.

O segundo diz respeito às medidas administrativas proibindo a produção e o consumo das bebidas locais, ou que não fossem produzidas pela metrópole, por meio de decretos e leis provinciais. Sampaio (2018) menciona as consequências dessa política portuguesa:

O vinho, principal dos artigos nos anos finais da Monarquia, visava um escoamento do excesso da produção nacional para o continente africano. As metas de sua execução entre a população local desencadearam diversas manifestações contrárias, pois desestruturou a indústria de bebidas alcoólicas regionais e criou práticas alcoolistas em habitantes da colônia. (SAMPAIO, 2018, p. 241).

No romance, esse fato é retratado em alguns episódios. Logo que Kindzu apresenta as características do pai (Taímo), percebe-se que ele é adicto: Ele batiza o nome do filho, Kindzu, com a árvore que produz sua bebida alcoólica favorita, a *sura* (vinho das palmeiras), “a sua única preferência” (COUTO, 2019, p. 14).

As memórias do narrador a respeito preferência do pai ilustram a estratégia que o homem adota para poder beber sem ter que produzir – e ser punido por isso – ou comprar a bebida, deixando explícito, através da trama, aquilo que Luxemburg (1970) e First (1977) pontuam sobre a destruição do artesanato local por meio de medidas coercitivas e a inserção de mercadorias nos hábitos locais:

Primeiro, ele ainda esperava que o tempo trabalhasse a bebida, dedicado **nos proibidos serviços** de fermentar e alambicar. Depois, nem isso: simplesmente cortava os rebentos das palmeiras e ficava deitado, boquinh aberto, deixando as gotas pingar na concha dos lábios. **Daquele modo, nenhum cipaio lhe apertaria os engasgantes**: ele nunca destilava *sura*. Vida boa, aconselhava ele, é chupar manga sem descascar o fruto.” (COUTO, 2019, p. 14, grifo nosso).

O outro produto é o algodão. Até 1920 a administração colonial teve dificuldades em implantar seu cultivo. A partir dessa década foram adotadas políticas que elevaram de maneira efetiva a produção, razão pelo qual o algodão se tornou o principal gênero de exportação moçambicano.

Foi a partir dessa década (quando é instituído o regime salazarista em Portugal) que houve o recrudescimento do xibalo. As mulheres passaram a ser obrigadas a destinar uma parcela de suas machambas para cultivo exclusivo desse produto⁴⁷, obrigando as famílias a cultivá-lo ao invés de produzir seus próprios alimentos.

Esse xibalo é diferente daquele em que os homens eram capturados pela administração colonial e forçados a trabalhar na construção de infraestruturas ou em companhias concessionárias, em função do não pagamento de impostos, da não comprovação de trabalho ou da vadiagem.

A imposição do cultivo obrigatório implicou que as mulheres, principais responsáveis pelas machambas, passaram a ser cooptadas pelo trabalho explicitamente forçado em suas próprias terras. A partir de então, a necessidade do salário se consolida, como explica Vieira (2019):

Tal processo demonstra primeiramente o avanço da desestruturação das relações de trabalho na agricultura familiar, num processo de expropriação. Mesmo tendo acesso à terra, tais pessoas estavam privadas do tempo de trabalho nela, ao ter que estar a maior parte do tempo no trabalho e nas culturas forçadas, por isso não conseguiam produzir para alimentação própria. Esse é um processo que provoca lentamente a necessidade do dinheiro para mediação social e realização de necessidades, não mais apenas para pagar impostos. Por isso, chegou momento em que o que restava da remuneração para essas pessoas não era suficiente, por ter aumentado a necessidade de dinheiro na mediação para alimentação e outras relações. (VIEIRA, 2019, p. 59)

Apenas a partir da década de 1950⁴⁸ passou a ocorrer um processo de abrandamento do trabalho forçado e das culturas obrigatórias. O xibalo vivenciado nas províncias do norte de Moçambique (Cabo Delgado, Niassa e Nampula) entre as décadas de 1940 e 1950, e a consequente degradação de vida da população rural, foi fator de “uma intensa migração das populações rurais para os territórios vizinhos” (MUANA-MOHA, 1995, p. 86).

⁴⁷ A população devia produzir meio hectare de algodão e, do valor que os colonos pagavam pelo produto, havia ainda o desconto da cobrança do imposto. (MANGUEZI, 2003, p)

⁴⁸ Segundo entrevista realizada por Manguenzi (2003) com M. Kosha, sobre sua experiência com o trabalho forçado e com a cultura obrigatória de algodão.

No romance em questão, não há o retrato do cultivo obrigatório de algodão nas machambas familiares. No entanto, na Vila de Matimati, havia a plantação de algodão no latifúndio do português Romão Pinto. A escolha do autor – intencional ou não – em retratar esse cultivo é significativa, uma vez que um dos reflexos do cultivo obrigatório de algodão foi a fome ter se tornado endêmica entre a população indígena e o cultivo obrigatório do algodão estar associado ao momento mais violento do xibalo (VIEIRA, 2019, 59).

Dona Virginia, “generosa como já não há”, desejava retornar à Portugal por amor à Moçambique, “Porque a visão daquela terra, em tais desmandados maus tratos, era um espinho de sangrar seus todos corações” (COUTO, 2019, p. 72). A velha “Branca de nacionalidade, não de raça” (COUTO, 2019, p. 154), nega a violência do colonialismo ao negar a Romão o direito às cerimônias fúnebres, abandonou o corpo do marido em seu caixão que “criava mofo no chão da cave”, dentro da casa dos portugueses.

Ela cria vínculos familiares com os negros, tornando-se segunda mãe de Farida, “vavó” dos meninos negros que se empoleiram no muro para ouvir suas histórias, contadas numa linguagem que misturava o português – sua língua materna – e o makwa⁴⁹ – sua maternal linguagem.

Romão Pinto, senhor de muitas terras, é o oposto de sua esposa. É o português *com* Portugal, a violência explícita e cruel do regime colonial, cuja a incorporação dos costumes e práticas sociais do sistema linhagísticas serve como estratégia de exploração, de enriquecimento e acumulação. Suas aparições projetam as relações de dominação inerentes à sociedade do trabalho na colônia, projetam a instrumentalização dos corpos não europeus, desumanizados por esse sistema.

A primeira aparição de Romão Pinto ocorre no quarto caderno de Kindzu, dedicado a fazer a biografia de Farida, que em certo momento de sua infância e adolescência é criada pelo casal de portugueses⁵⁰. Depois, no sexto caderno⁵¹, quando Kindzu retorna à Matimati e é hospedado por Assane, ex-secretário da vila, o narrador ouve desse homem que ele pretende estabelecer uma loja no edifício onde funcionava a cantina de Romão Pinto no tempo colonial. No oitavo caderno⁵², é Quintino – nova

⁴⁹ Segundo o glossário do romance, é uma língua falada no norte de Moçambique.

⁵⁰ A infância e adolescência de Farida se passa nos anos finais do contexto colonial.

⁵¹ O sexto caderno de Kindzu é intitulado *O regresso a Matimati* (COUTO, 2019, p. 100-118).

⁵² O oitavo caderno de Kindzu é intitulado *As lembranças de Quintino* (COUTO, 2019, p. 136-148)

amizade do narrador dos diários – quem fornece informações a respeito do português. Ainda no tempo colonial, Quintino trabalhou como doméstico⁵³ na casa do português.

Embora não seja explícito, a mobilização da força de trabalho parece se materializar na representação da vila de Matimati, que guardará as infraestruturas que permitem a territorialização do capital – o latifúndio, a cantina e a casa de Romão, o bar do ferroviário, a oficina de Abdul. Essa organização será, em parte, aproveitada pela administração socialista, após a independência.

Discorremos até aqui as características e processos que achamos importante destacar, que transformaram a organização da vida social no contexto linhagístico. O marcador principal é a formação do trabalho semiproletarizado de uma parcela da população.

Foi a partir desse contexto que se iniciou uma espacialidade diferenciada que marca a separação do local de trabalho, durante longos períodos, do local de residência para os homens. A mobilização da força de trabalho nesse período aparece de maneira fragmentária, como no caso do episódio do *Suspiro dos comboios*, em que Tuahir relembra os mineiros chegando, carregados de ofertas, atraindo meninas as quais venderiam suas frutas, ou no caso do filho mais velho do homem, esvaído nas minas do Rand.

Nesse sentido, as propriedades de Romão Pinto sua plantação de algodão o trabalho doméstico em sua casa (casas dos colonos), as minas do Rand e e nas Estações ferroviárias são os espaços da produção.

As vilas se constituem enquanto lugar da circulação, onde os produtos e dinheiro circulam, em lojas (do indiano Surendra Valá), cantinas (de Romão Pinto), em Bares (do Ferroviário), oficinas (de Abdul).

No caso das mulheres, a organização da vida social não constitui essa espacialidade diferenciada, embora as machambas tenham passado a ser local de produção – seja para a venda de excedentes para compor o pagamento de tributos, seja para a produção dos cultivos obrigatórios. E os cipaio exerceram a função de controle, vigilância, cobrança sobre a produção e não sobre a terra, uma vez que esta não é considerada mercadoria, o exemplo é a estratégia de Taimo – beber a *sura* direto da palmeira.

⁵³ E foi castigado fisicamente por Romão.

5.2.1.3 A Revolução e a formação do Estado nacional moçambicano. Territorialização do capital e desmobilização da força de trabalho

A guerra colonial⁵⁴ que se inaugura a partir de 1964, surge como reação ao colonialismo português e foi encerrada em 1974. Esse conflito se concentrou nas províncias fronteiriças do norte - Cabo Delgado, Niassa e Tete - causando uma acentuada mobilidade espacial da população dessas províncias para outras regiões, dentro e fora do território. Após o conflito, houve migrações de retorno no pós cessar-fogo. (MUA-NAMOHA, 1995, p. 66, 69 e 94).

Apesar da Luta Armada pela independência ter sido pouco mencionada no romance, cabe destacar que foi em função desse conflito que surgiram as primeiras formas coletivas de produção, criadas na época a fim de apoiar as Forças Populares de Libertação de Moçambique – FPLM e comercializar os excedentes com a Tanzânia e Zâmbia (ARAÚJO, 1988, p. 187). Esses aldeamentos inspiraram a política de Estado aldeão instituídas pela FRELIMO após a independência, pois terão grande impacto sobre a organização da população rural, uma vez que essas populações são estruturadas segundo as práticas sociais do sistema linhagístico.

Em Cabo Delgado, 73 aldeamentos deste tipo foram estabelecidos, com uma população média de mais de 1.365 pessoas por aldeia. Em Niassa e Tete foram estabelecidos, respectivamente, cinco e três aldeamentos com produção coletiva, com populações médias de, respectivamente, 1.800 e 961 pessoas por aldeia⁵⁵.

Foi durante esses “conturbados tempos da Independência”, que Romão preferiu queimar seus campos de algodão a deixar que outros usufríssem de suas propriedades. “Se isso não fica para mim também não fica para mais ninguém” (COUTO, 2019, p. 139). Nesse trecho, percebemos explícita referência tanto aos atos de sabotagem das pessoas que queriam prejudicar o recém instituído Estado nacional (ARAÚJO, 1988, p.).

Para os outros, os portugueses *sem* Portugal, para os indígenas, o fim do regime colonial significou, inicialmente, outra coisa. A euforia da população (GEFFRAY, 1991, p. 13) submetida à brutalidade ominosa do colonialismo, calcado

⁵⁴ O conflito também é chamado de Guerra de Independência e Luta Armada de Libertação Nacional.

⁵⁵ Informações obtidas a partir de Araújo, distribuição provincial das aldeias comunais segundo origem (quadro 42), distribuição territorial das aldeias comunais em 1978 e 1982/1983 (quadro 43) e população média das aldeias comunais, por província (quadro 44). (ARAÚJO, 1988, p. 193, 208 e 227)

no racismo e no trabalho forçado, cujo paradoxo se refletia na manutenção da heterogeneidade do corpo social.

No romance, o período colonial se encerra com uma “emoção tão funda, que parecia estar ali a consumação de todos seus sonhos” (COUTO, 2019, p. 15). O personagem Taímo batiza o irmão de Kindzu, seu último filho, com o nome de Vinticinco de Junho. No centro da praça da vila de Matimati, homenageiam-se os heróis da independência com uma Estátua construída com material resultante da destruição da estátua anterior, que homenageava o colonizador.

Nesta pesquisa, entendemos que as expectativas da soberania do Estado residiam no fim do trabalho forçado – o xibalo –, no fim do cultivo das culturas obrigatórias nas machambas familiares, no fim do racismo institucional. Em outras palavras, compreendemos que havia uma expectativa no fim de todas as medidas coercitivas, violentas, que sustentam o processo de formação das relações de trabalho as quais, ao se territorializarem naquele espaço, formaram Moçambique. Desse modo, contraditoriamente, havia uma expectativa da construção da nação, de um povo, de um “homem novo”, moderno.

Contudo, esperava-se que essa construção seria feita sem que os sujeitos fossem explorados e violentados por esse processo de modernização retardatária planejado pelo Estado socialista, o qual organizou as relações sociais através da imposição das categorias (salário, preço, lucro) para a produção de mercadorias e levou ao limite o trabalho abstrato.

Nesse sentido, nas próximas páginas, pretendemos desenvolver a contradição do processo de modernização tardia orquestrada pelos dirigentes do Estado nacional e sua conjuntura. Chamamos a atenção para o fato de que essas políticas não se refletem explicitamente no desenvolvimento do enredo do romance. Mas é necessário explicá-las porque elas foram determinantes para o crescimento da RENAMO e da difusão da guerra civil por todo o Estado, durante tanto tempo.

5.2.1.3.1 A modernização tardia: o dever ao trabalho, a terra e o fim do princípio transcendental

No dia 25 de junho de 1975, passou vigorar a Constituição da República Popular de Moçambique. A partir de então, nascera o Estado soberano, independente e

democrático⁵⁶. Com caráter revolucionário e socialista, um de seus objetivos fundamentais era o combate ao colonialismo, ao imperialismo e a sua mentalidade subjacente.

A agricultura e a indústria foram consideradas decisivas “para a eliminação do subdesenvolvimento e para a elevação do nível de vida do povo trabalhador”⁵⁷, de modo que a estrutura econômica planificada do jovem Estado seria constituída com base nesses dois pilares. Tal escolha não foi por acaso, pois na outrora “Colônia de prestação de serviços, era, no entanto, o setor agrário que ocupava a grande maioria da população activa (mais de 75%). ” (ARAÚJO, 1988, p 38). Essas “prestações serviços” referem-se à tributação dos imigrantes das minas da África do Sul, uma das principais fontes de arrecadação do território.

Para esse fim, o Estado socialista implementou um programa de modernização da agricultura objetivando torná-la mais rentável, de modo que fosse possível desenvolver o programa de industrialização nacional. Foi dessa maneira que surgiu a política de desenvolvimento do espaço rural, chamado de Estado Aldeão, que se materializou na formação das aldeias comunais e das cooperativas de produção.

Para tanto, os dirigentes, por meio da Constituição, promoveram a reforma agrária, reconhecendo e garantindo a propriedade pessoal⁵⁸ e determinando que todas as terras, águas e recursos naturais seriam propriedades do Estado, o qual direcionaria a condição de aproveitamento e uso⁵⁹.

O Estado também permitiu a existência da propriedade privada e capital estrangeiro, desde que funcionassem de acordo com os interesses fixados na Constituição. Esse sistema de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) criado pela FRELIMO, instituída pela Lei de Terras, contemplou o sistema linhagístico em sua multiplicidade, na medida em que o Estado concedia a posse pelo DUAT a partir do consenso da comunidade local.

Contudo, é importante destacar que para o sistema linhagístico a terra não significa apenas uma coisa, um meio, onde é produzido alimentos ou produtos, mas

⁵⁶ Artigo 1º da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

⁵⁷ Artigo 6º da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

⁵⁸ Artigo 12º da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

⁵⁹ Artigo 8º da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

guarda o sentido da ancestralidade, que determina quem pode ou não viver naquela terra – a territorialidade linhagística - e quando é permitido lavrar o chão. A terra também intermedia de forma permanente o mundo dos vivos com o mundo dos mortos.

Contudo, se por um lado a reforma agrária implementada pelo Estado foi inovadora ao criar um dispositivo jurídico que unisse o direito estatutário ao direito consuetudinário, por outro, a criação de aldeias comunais – com localização escolhida pelos dirigentes - e das cooperativas de produção justificou a concentração e remoção das famílias consideradas dispersas.

O Estado pretendia que a população vivesse em aldeias por diversos motivos: facilitar o fornecimento de serviços sociais essenciais⁶⁰, tentar frear o êxodo rural para as cidades (ARAÚJO, 1988, p. 157) e também para promover a onipresença do Estado nas áreas rurais, com a intenção de diminuir vazios administrativos.

De acordo com o primeiro recenseamento geral da população realizado depois da independência, no ano de 1980, foram estimados 12.130.000 de habitantes no território, sendo que 86,8% desse total eram consideradas população rural, ou seja, 10.258.840 milhões de habitantes⁶¹.

A ideia era que esses camponeses e trabalhadores individuais se organizassem em formas coletivas de produção, cuja orientação e apoio para seu desenvolvimento seria dado pelo Estado. De acordo com Geffray (1991), a população de todo o território moçambicano deveria aderir a esse projeto, como mostra o excerto a seguir:

De norte a Sul do país (do Rovuma ao Maputo), independentemente dos sistemas sociais, da sua história, quer se tratasse de agricultores, de caçadores, de pescadores (...) de regiões de grande migração, de forte produção mercantil, de zonas afastadas ou de áreas próximas de centros urbanos (...) deviam acabar por deixar suas casas para se juntarem nas aldeias. Deveriam depois abandonar as suas antigas terras, propriedades e prerrogativas familiares ou individuais para se dedicarem aos trabalhos coletivos nos campos da cooperativa de produção (...). Em princípio, a acumulação de riqueza daí resultante deveria, por sua vez, permitir o investimento em bens de produção mais modernos, relançando assim uma acumulação que permitiria o financiamento de serviços sociais, como a saúde, a educação, a cultura e ocupação de tempos livres, indispensáveis para a elevação do nível de vida no campo. (GEFFRAY, 1991, p. 15).

Em outras palavras, todos os trabalhadores – homens e mulheres, jovens, adultos e idosos –, comporiam uma “aliança operário-camponesa” (GEFFRAY, 1991, p.

⁶⁰ Serviços como educação, saúde e abastecimento de água.

⁶¹ Dados obtidos a partir de ARAÚJO (1988: 103, 165)

16), dedicando-se aos trabalhos coletivos. As pessoas deveriam abrir mão das tradições, antigas divisões do trabalho (por gênero, idade e origem) e trabalhar de forma igualitária e cooperativa.

Para se ter uma ideia, no período entre 1976 e 1983, em apenas sete anos, havia um total de 1.362 aldeias implementadas, com população média de 1546 habitantes por aldeia. Dos 10.529.274 de habitantes rurais do território, 2.105.855 passaram a viver em aldeias comunais⁶², aproximadamente 20% da população rural.

Ao revés do que a FRELIMO idealizava, isso significou que além da população ter de produzir para a autossustentência, ela deveria trabalhar na produção de outros produtos que o Estado entendesse necessário. As propriedades familiares se situavam longe das machambas, ocasionando a perda de tempo em deslocamento para o trabalho, diminuindo o tempo da produção. Com isso, passou a haver absenteísmo nas cooperativas e a consequente diminuição da produção.

É importante frisar que durante a vigência do Estado Colonial, as atividades agrícolas, realizadas majoritariamente por mulheres, não eram consideradas trabalho. Não eram consideradas um ofício, profissão ou arte que arrecadassem rendimentos para sustento próprio e se seus familiares (VIEIRA, 2019, p. 46). Elas estavam de fora do mercado de trabalho, mas inseridas na totalidade da produção capitalista.

No novo momento político, contudo, o trabalho “dignificado e protegido” se tornou um direito e um dever para todos os cidadãos, “a força motriz do desenvolvimento”. É exatamente com essas palavras presentes no Artigo 7º da Constituição de 1975 que os dirigentes da FRELIMO pretenderam transformar a sociedade inteira “numa máquina de trabalho”⁶³. Homens e mulheres, a partir dos 12 anos de idade, tornaram-se força de trabalho (KURZ, 1993, p. 22).

Outro aspecto importante foi a determinação da igualdade - de gênero, de raça, de origem étnica, de lugar de nascimento, de religião, de grau de instrução, de posição social e de profissão - em relação aos direitos e deveres⁶⁴. Na prática, a igualdade significou que todo o corpo social, forçadamente homogeneizado e uniformizado, foi determinado integral e igualmente para o sistema produtor de mercadorias nessas décadas finais do século XX.

⁶² As informações constam nos quadros 33,38 e 43 de Araújo (1988: 140, 165 e 208).

⁶³ KURZ, 1993, p. 22

⁶⁴ 26º Artigo da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

A marginalização dos chefes linhagísticos também foi consequência da adoção dessa modernização retardatária. Os dirigentes igualaram os chefes linhagísticos e os régulos e trataram as tradições dos diferentes grupos sociais como obscurantismo e feudalismo, adotando um caminho para a proibição daquilo que não fosse o endeusamento da riqueza nacional ou do dinheiro. Couto explorou, de maneira cáustica, esse conflito – e outros tantos - que se estabeleceu no seio da sociedade onde vivia. A seguir explicaremos como esse conflito foi retratado no romance:

Depois que Kindzu deixa sua terra natal e viaja sozinho de barco pelo mar, ele chega à baía de Matimati. Mal o narrador pisa na praia, é avisado por um grupo de pessoas para que ele voltasse por onde havia chegado, porque as autoridades não eram confiáveis. Elas o prenderiam pura e simplesmente. O motivo era o súbito aparecimento de um banco de areia, responsável por encalhar um navio com doações e das ondas resultantes de uma tempestade “não planificada”, as quais impediam que as autoridades resgatassem os produtos.

As autoridades imediatamente desencadearam uma ofensiva de averiguações político-ideológicas tendo apurado a presença do inimigo da classe. Conclusão do responsável da Segurança: tais rochas nunca foram vistas antes da mencionada noite. As devidas estruturas do governo desconfiaram que o acidente fosse de origem indígena já que as locais populações haviam, na prévia véspera, manifestado um comportamento muito suspeito. O administrador convocou um comício bastante público e anunciou:

— No âmbito deste contexto e guiados pelas orientações traçadas pela Nação, estamos a investigar a acção do inimigo do povo. (COUTO, 2019, p. 54)

A crítica do autor continua, quando é proibido aos sem-terra irem buscar a ajuda humanitária (as mercadorias):

Os do governo deram ordens rigorosas. A recolha dos bens do navio devia ser organizada. Explicavam eles que apenas se pretendia que os destroços chegassem ao destino de forma ordenada e obedecendo às hierarquias, passando primeiro pelas estruturas competentes. (COUTO, 2019, p. 55).

A situação de desespero dos moradores leva-os a realizar cerimônias e rituais para pedir o encalhamento de outros navios, fazendo os dirigentes reagirem novamente: proíbem-se as “danças e cerimônias anexas”. A partir dessa cena da trama, em que o autor assume uma posição de crítica ao governo, percebemos que a marginalização dos chefes linhagísticos e do funcionamento das relações sociais inerentes ao sistema linhagístico é intrínseca à implantação de um Estado soberano de caráter

socialista, cujas características são a produção planejada de mercadorias, a distribuição organizada de mercadorias, o monopólio estatal do comércio exterior, o direito ao trabalho e o dever de trabalhar sob a direção estatal (KURZ, 1993, p. 40).

Através do documento constitucional de 1975, pode-se perceber o que o Estado, por meio dos dirigentes, “transformou o trabalho abstrato numa religião, da riqueza nacional endeusada” (KURZ, 1993, p. 23). O Estado soberano seria, nesse caso, parecido com o Estado racional, ao adotar “meta-objetivos econômicos” (KURZ, 1993, p. 22) calcados na recuperação e desenvolvimento, que trocou “o sistema de exploração do homem pelo homem”⁶⁵ e adotou o sistema de exploração do homem pelo Estado.

Ao tratarmos o processo de modernização tardia do Estado de Moçambique através da crítica elaborada por Kurz (1993) na obra *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, em que o filósofo alemão entende que o socialismo é um “Estado mercantil fechado” (KURZ, 1993, p. 39), consideramos que o período socialista não causou rupturas em relação ao com o colonialismo⁶⁶, como levou ao limite – em poucos anos - a imposição do trabalho abstrato e a expropriação – ainda que tenha levado ao cabo a reforma agrária inovadora.

Entendemos que essa continuidade provocou o cataclismo nos sistemas linguísticos, porque o socialismo potencializou a transposição do princípio transcendental para o fetiche da mercadoria. A seguir, serão mostradas essas passagens. A primeira é o funeral do pai de Kindzu, o narrador dos diários. Essa cena ocorre no primeiro caderno, no início do enredo, quando Kindzu o início de sua história. Depois que a independência é declarada, tanto a guerra civil quanto a pobreza se tornam realidade no agregado familiar do narrador. Taímo, pai de Kindzu, depois do sumiço de seu filho caçula, Junho, passa a consumir a *sura* excessivamente e morre:

Cerimónia fúnebre foi na água, sepultado nas ondas. No dia seguinte, deu-se o que de imaginar nem ninguém se atreve: o mar todo secou, a água inteira desapareceu na porção de um instante. No lugar onde antes praiava o azul, ficou uma planície coberta de palmeiras. Cada uma se barrigava de frutos gordos, apetitosos, luzilhantes. Nem eram frutos, **parecia eram cabaças de ouro, cada uma pesando mil riquezas**. Os homens se lançaram nesse vale, correndo de catanas na mão, no antegozo daquela dádiva. Então se escutou uma voz que se multiabriu em ecos, parecia que cada palmeira se servia de infinitas bocas. Os homens ainda pararam, por brevidades. Aquela voz seria em sonho que figurava? Para mim não havia dúvida: era a voz de meu pai. Ele pedia que os homens ponderassem: **aqueles eram frutos muito sagrados. Sua voz se ajoelhava clamando para que se poupassem as árvores: o destino do**

⁶⁵ Artigo 6º da Constituição de 1975.

⁶⁶ No sentido de que o colonialismo é um momento – inicial - da formação das relações de trabalho, a qual, por sua vez, constitui longo processo.

nosso mundo se sustentava em delicados fios. Bastava que um desses fios fosse cortado para que tudo entrasse em desordens e desgraças se sucedessem em desfile. O primeiro homem, então, perguntou à árvore: por que és tão desumana? Só respondeu o silêncio. Nem mais se escutou nenhuma voz. De novo, a multidão se deramou sobre as palmeiras. Mas quando o primeiro fruto foi cortado, do golpe espirrou a imensa água e, em cantaratas, o mar se encheu de novo, afundando tudo e todos. (COUTO, 2019, p. 19, grifo nosso).

O excerto acima ilustra de maneira interessante transposição do princípio transcendental para o fetiche da mercadoria. Apesar da advertência das palmeiras (ou de Taímo) de que a violação árvores sagrados traria um desfile de desgraças, a atração que a aparência do fruto (cabeça de ouro, que parecia pesar mil riquezas) foi maior do que o desejo de manutenção da ordem.

O outro episódio ocorre no terceiro caderno de Kindzu, logo depois que o narrador segue os conselhos do ex-secretário de Matimati e resolve deixar a baía do mesmo modo que havia chegado – pelo mar, em seu barco - para evitar que o rapaz fosse perseguido pelas autoridades, que investigavam o mistério do encalhamento do navio cargueiro.

Nessa ocasião, em alto mar, despenca do céu direto no barco do narrador um *tchóti*, - um anão que descem dos céus -. O *tchóti* desejava chegar até o “navio cheio de donativos”, “comida, roupa, facheiros, petróleo, petromaxes” (COUTO, 2019, p. 57). Quando o Kindzu questiona o motivo do anão querer ir até o navio, a entidade explica: “Também no céu há as faltas, não penses. É por isso eu desço, venho buscar as roupas aqui...”. (COUTO, 2019, p. 58). Quando o barco finalmente se aproxima do navio, o anão grita excitado “Vês, Kindzu? Aqui está a nossa riqueza!” (COUTO, 2019, p. 58). Essa segunda situação tragicômica nos faz questionar se a perda da autonomia do sistema linagístico chegou até o céu, submetendo até os *tchótis*. Aqui, parece que a concepção de riqueza e pobreza típicas do pensamento da sociedade da mercadoria invade o plano divino-ancestral.

Outro trecho do romance, que achamos pertinente também se relaciona ao fim cataclismo dos sistemas linagísticos. O episódio desenvolve-se no outro núcleo narrativo, portanto depois que todos os cadernos de Kindzu foram escritos. Essa cena simboliza a transformação dessa sociedade que era caracterizada pelos vínculos sagrados entre ancestrais-terra-viventes.

No quarto capítulo⁶⁷, Muidinga e Tuahir se distanciam de seu abrigo – e da estrada - para procurarem alimentos. Eles acabam caindo numa armadilha e pernoitam nela. Siqueleto, “um velho alto, torto, usando sobre o corpo nu uma gabardina comprida, maior que o seu tamanho” (COUTO, 2019, p. 63) falante da língua local encontra a dupla, leva os dois para sua casa e os mantém cativos.

O solitário homem pretende semear os prisioneiros, para repovoar sua aldeia que fora abandonada, por motivos de terror: “Os bandos assaltaram, mataram, queimaram. A aldeia foi ficando deserta, todos partiram, um após nenhum.” (COUTO, 2019, p. 64).

O velho muda de ideia quando Muidinga, ainda preso, desenha o nome dele no chão. Ao descobrir que aquele símbolo era o seu nome, Siqueleto pede ao menino que entalhe o desenho na árvore, para que outros Siqueletos fossem semeados, repovoando a aldeia. Depois que o adolescente realiza o desejo do velho, Siqueleto se fere, sangra até virar uma semente. “A lição de Siqueleto” – título do capítulo – seria então sobreviver – e sua sobrevivência – e de sua aldeia – venceria a guerra.

No entanto, a mensagem capitada por Muidinga não é de renascimento ou sobrevivência. Embora o corpo do idoso tivesse se convertido em semente, Muidinga – personagem que sobreviverá e herdará a unidade “moçambicana” – entende essa transformação como o fim do mundo:

no falecimento de Siqueleto havia um espinho excrescente. Com ele todas as aldeias morriam. Os antepassados ficavam órfãos da terra, os vivos deixavam de ter lugar para eternizar as tradições. Não era apenas um homem mas todo um mundo que desaparecia. (COUTO, 2019, p. 82)

Em nosso entendimento, esse trecho significa o desaparecimento do sistema linhagístico, uma vez que as tradições deixam de ser eternizadas, a terra morre para os antepassados. É importante reafirmarmos um ponto fundamental da estrutura social do sistema linhagístico. A morte dos espíritos dos antepassados significa que o mundo fica sem a mediação permanente entre os vivos e os mortos. Nesse sentido, o princípio transcendental colapsa. A terra vira coisa, propriedade. Consolida-se o fetiche da mercadoria.

⁶⁷ O quarto capítulo é chamado *A lição de Siqueleto* (COUTO, 2019, p. 61-67)

5.2.1.3.2 O Estado nacional também tem trabalho forçado e tributação da população

O Estado inaugurado pela FRELIMO adotou medidas de coerção ao trabalho (o pagamento de impostos como um dever patriótico) (VIEIRA, 2019, p. 84) e criminalizou a vadiagem, aplicando como medida de ressocialização o trabalho forçado em campos de reeducação, a chamada Operação Produção⁶⁸, promovendo uma continuidade com o período anterior.

Os administradores e secretários (as autoridades estatais) tinham a prerrogativa de enviar homens e mulheres que não trabalhassem, nem tivessem documentos autorizando a residência nas cidades, para campos de reeducação para o trabalho.

A partir dessas políticas internas inauguradas após 1975, percebemos que a organização da vida social se assentou em uma espacialidade diferenciada em que o local de trabalho e local de residência são separados. As cooperativas de produção e machambas do povo se constituíam enquanto espaço da produção agrícola. E a casa na aldeia comunal seria o local de residência.

Mas esse foi um processo gradativo, portanto a organização da vida social no contexto linhagístico e a organização que se formou no contexto colonial, nos parece, coexistiram. A vila seria o lugar da circulação, contudo o comércio-distribuição de mercadorias sendo foram rigidamente controladas pelo Estado.

5.2.3.3 O Estado socialista e as tais rupturas com o colonialismo

Discorreremos sobre as mudanças e continuidades a partir da política interna do Estado. No âmbito das relações com outros territórios – especialmente os Estados vizinhos -, tal postura se revelou em atritos e perdas dos rendimentos que o jovem Estado moçambicano adquiriria, porque isso significou, na conjuntura da África Austral,

⁶⁸ Ver QUEMBO (2015) respeito da Operação Produção (1983-1988). Projeto político responsável por fazer migrar forçadamente para as aldeias comunais pessoas consideradas “improdutivas” e se encontravam em áreas urbanas. Geffray (1991) afirma que essa política de organização do espaço urbano também serviu como fator que agravou a guerra civil. O autor francês apontou que os homens buscavam meios de sobreviver, trabalho, nos centros urbanos e foram expulsos, mandados de volta para as aldeias, viram na RENAMO uma alternativa para viver.

a ruptura⁶⁹ dos acordos com Estados e empresas que fossem contrários à sua ideologia orientada pelo marxismo-leninismo. Não custa lembrar que são as décadas finais da Guerra Fria e que Moçambique era vizinha do regime de Apartheid da África do Sul e da Rodésia do Sul, Estados alinhados ao bloco capitalista e, especialmente esse último, de extrema direita.

A África do Sul promoveu retaliação contra Moçambique, rompendo com os acordos relacionados à contratação da força de trabalho moçambicana, além do processo de automatização da indústria mineira, reflexos da segunda revolução industrial. Nos anos entre 1975 a 1983, o número de mineiros moçambicanos diminuiu de 118.030 a 39.731 nas minas do Rand⁷⁰, criando uma condição de desemprego e subemprego nas áreas onde o Estado moçambicano não pode absorver os trabalhadores outrora recrutados para as minas do Rand. Isso foi um grande problema para a arrecadação, mas não se refletiu também na condição de vida das famílias dos mineiros, porque, segundo Vieira (2019):

(...)a entrada de dinheiro pelos mineiros provocava uma diferenciação entre os agricultores de Moçambique baseado em duas premissas: era com o salário dos migrantes que compravam bens de consumos (dinheiro disputado nos comércios indianos e portugueses na altura colonial) e era com o salário dos migrantes que as famílias camponesas moçambicanas investiam na agricultura. Ou seja, os próprios moçambicanos mesmo com atividades agrícolas já dependiam desses salários. Nesse sentido, ao ter a base reprodutiva camponesa alterada pelo regime colonial, esses agricultores foram forçados a procurar o assalariamento e, após oito décadas nessa dinâmica de trabalho sazonal, o sistema migratório tornou-se uma necessidade estrutural. (VIEIRA, 2019, p. 82-83)

A África do Sul também rompeu com o acordo da Transvaal, deixando de pagar em ouro pela mão de obra migrante. Levando esses aspectos em conta, as perdas do jovem Estado soberano ultrapassaram meio bilhão de dólares (ARAÚJO, 1988, p. 66). Além disso, em relação aos serviços ferro-portuários, a África do Sul deixou de utilizar o território moçambicano para escoar suas mercadorias, prejudicando ainda mais a arrecadação do Estado.

⁶⁹ Em seu estudo, Araújo (1988) discorre a respeito de boicotes, quebras de contrato e atos de sabotagem realizados por empresas e Estados, além da crise do petróleo da década de 1970 e desastres ambientais, que prejudicaram Moçambique e agravaram a situação econômica, aumentando o déficit da balança comercial.

⁷⁰ Números também subestimados, segundo Araújo (1988).

Essa relação tensa entre Moçambique e Estados vizinhos⁷¹ ocorreu nas últimas décadas do século XX, quando sistema produtor de mercadorias é especialmente caracterizado por “uma nova crise socioeconômica da terceira revolução industrial” (KURZ, 2005).

Nesse momento, a globalização do capital, microeletrônica e tecnologia da informação produzem uma sociedade mundial imediata em que há um processo de “dissecamento econômico” (KURZ, 2005) que impede cada vez mais pessoas – as quais dominam cada vez menos sua própria sociabilidade - de conseguirem vender sua força de trabalho e em consequência se tornam supérfluas, porque a produção de riquezas está desvinculada do uso da força de trabalho.

Muitas grandes fábricas e, ainda mais, pequenas empresas caem abaixo do nível de produtividade determinado pelo mercado mundial, tornam-se não-rentáveis e, por isso, mais cedo ou mais tarde, são fechadas. Em lugar de um sistema que cubra o mundo todo com trabalho assalariado e valorização, vai surgindo um capitalismo insular: no mundo inteiro, a reprodução capitalista se reduz a ‘ilhas’, ou melhor, ‘oásis’ da produtividade e rentabilidade, em volta dos quais surgem desertos econômicos. Como consequência, reduzem-se violentamente as receitas estatais; grandes partes das infraestruturas são abandonadas ou estão direcionadas à reduzida produção dos ‘oásis’. Estes têm uma densidade maior em determinados países e regiões dos centros capitalistas, enquanto no Leste e no Sul são menos densos e em algumas regiões mundiais nem existem mais. A própria produção de mercadorias deixa de integrar grandes massas da produção global. (KURZ, 2005).

Voltamos às especificidades das áreas colonizadas na territorialização do capital. Nessa perspectiva, nos questionamos se, na escala da totalidade, a mobilização para o trabalho (explicitamente forçado) em Moçambique – e demais áreas colonizadas - durante o capitalismo industrial não teria propiciado a acumulação de capital e a segunda revolução industrial pela Europa, Estados Unidos, Japão etc. Nessa interpretação, só podemos pensar que na escala regional, a *queda do exclusivismo metropolitano* na África, especificamente em Moçambique, corresponde à territorialização do Estado nacional, nesse momento do capitalismo, em que a acumulação flexível, cria condição de desmobilização mundial das relações de trabalho. (HAESBART, PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 35)

Com base no que expusemos acima, podemos dizer que não há rupturas. O sentido da formação do Estado nacional moçambicano foi o sentido da mobilização para o trabalho e para a acumulação de riqueza nacional, a qual, como foi dito acima, proviria da estratégia de desenvolvimento do mundo rural e do desenvolvimento de

⁷¹ Não podemos esquecer que o grupo que formou a RENAMO se estabeleceu no território da Rodésia do Sul.

indústrias nacionais (a partir do incipiente parque industrial herdado da administração lusitana) através da subordinação de todos os cidadãos à acumulação de capital pelo Estado.

Essa acumulação envolveu ainda mais pressão do que a efetuada durante o período colonial, uma vez que a perda das receitas mencionadas acima seriam um obstáculo a mais para a acumulação de riqueza nacional (KURZ, 1993, p. 61). Ainda mais na conjuntura em que as entidades supranacionais e os organismos financeiros internacionais impuseram “uma ruptura unilateral dos contratos” e mudarem “a taxa de juros de 6% para cerca de 20% ao ano”, aumentando “estratosféricamente” as dívidas dos países do “polo dominado”. (HAESBART, PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 34).

Diante do exposto a respeito da conjuntura externa, percebemos que a razão de todos os problemas vividos pelos moçambicanos durante as duas últimas décadas do século XX e representados por Mia Couto em *Terra Sonâmbula* está para além da guerra civil.

5.2.1.3.4 Desterritorialização do capital, desmobilização da força de trabalho

Embora o romance tenha ocorrido durante a vigência da Guerra Fria e que tanto a Revolução e a guerra civil sido fortemente influenciadas por esse contexto, percebemos nas páginas da trama que as dificuldades pelas quais a sociedade passava no momento da escrita da narrativa e os fenômenos que decidimos nos ater tem um caráter que se assemelha mais ao contexto de crise mundial da terceira revolução capitalista.

Nessas décadas finais do século XX, a produção de riqueza é virtualizada e simulada pelo mercado financeiro e o capital se torna cada vez mais incapaz de valorizar a força de trabalho não rentável, transformando as pessoas em “supérfluas”. De acordo com Kurz (2005):

Em lugar de um sistema que cubra o mundo todo com trabalho assalariado e valorização, **vai surgindo um capitalismo insular: no mundo inteiro, a reprodução capitalista se reduz a "ilhas", ou melhor, "oásis" da produtividade e rentabilidade, em vota dos quais surgem desertos econômicos.** Como consequência, reduzem-se violentamente as receitas estatais; grandes partes das infraestruturas são abandonadas ou estão direcionadas à reduzida produção dos "oásis". Estes têm uma densidade maior em determinados países e regiões dos centros capitalistas, enquanto no Leste e no Sul são menos densos e em algumas regiões mundiais nem existem mais. A própria produção de mercadorias deixa de integrar grandes massas da produção global. Os "supérfluos" estão sendo expelidos para circuitos subordinados, seja como

empresários da miséria na circulação (ambulantes), como catadores de lixo, seja como força de trabalho doméstica barata; ou, então, caem em miserabilidade absoluta. (KURZ, 2005).

Entendemos que esse é o contexto em que os padrões de territorialidade e as práticas migratórias se encaixam na leitura do romance e não num conflito de polarização ideológica entre dos grupos brigando pelo controle do Estado.

Nas chamadas “zona de colapso” e “desertificação econômica” passam a vigorar “guerras civis sem fim” (e seus “infinitos fluxos de refugiados”) e migrações maciças socioeconômicas, as quais constituem “dois lados de uma mesma moeda”. (KURZ, 2005).

5.3 De volta ao começo-fim: a guerra virou a única machamba.

A partir do que foi exposto nos tópicos acima, conseguimos “saber o motivo da guerra, a razão daquele desfile de infinitos lutos” (COUTO, 2019, p. 100) que fez a população refém durante 16 anos. De fato, Mia Couto constata – e mostra – ao longo do romance que a guerra se tornou o meio de sobrevivência:

“(...) tinha que haver guerra, tinha que haver morte. E tudo era para quê? **Para autorizar o roubo.** Porque **hoje nenhuma riqueza podia nascer do trabalho.** Só o saque dava acesso às propriedades. Era preciso haver morte para que as leis fossem esquecidas. Agora que a desordem era total, tudo estava autorizado. Os culpados seriam sempre os outros” (COUTO, 2019, p. 100).

No decorrer da nossa análise, explicitamos a consolidação das relações de trabalho e a violência (silenciosa e explícita) inerente ao processo de constituição dos Estados modernos (e de modernização retardatária), em que o sentido foi a acumulação de riqueza – em outros lugares que não as colônias e periferias do capital.

Quando não há trabalho, o que gera riqueza? O tributo, o saque das matérias produzidas nas áreas territorializadas. No romance, é a guerra-fantasma, a guerra suja. Mas o roubo, a fraude, a rapinagem e a guerra não passam, no final das contas, de estratégias primitivas de acumulação de capital?

No romance, no sétimo caderno, Kindzu vai até a cervejaria da vila de Matimati para encontrar um guia a fim de chegar até o campo de refugiados, atravessando o mato, para evitar os perigos da estrada. No estabelecimento lotado, ele encontra Quintino – seu futuro guia – discutindo com o chefe de segurança da vila, Abacar.

Quintino, durante essa “bebedeira politicamente incorreta” (COUTO, 2019, p. 124), na frente do antigo combatente, *Shetani*, denuncia que não eram só os bandidos os responsáveis por assassinatos:

(...) há coisas que todos sabem mas ninguém diz.
 — Agora, em Moçambique, a guerra é como se fosse uma machamba.
 E se explicou: a guerra gerava altos tacos, cada um semeava uma guerra particular. Cada um punha as vidas dos outros a render.

Nesse momento, o narrador dos diários conhece a personagem Juliana, que diz ao rapaz a mesma coisa depois que ele lhe conta que pretendia encontrar Gaspar:

- Tens arma, estrangeiro? Não tens? É muita pena: porque era bom que ensi-
 nasses a esse menino maneiras de matar, bons métodos de roubar.
 — Encontras o miúdo, mas ficas proibido de lhe dar caneta ou enxada. Isso
 não dá vida para ninguém. Vale a pena uma arma, estrangeiro. Nestes dias, **uma arma
 é que faz a vida. Rápida e boa**” (COUTO, 2019, p. 126-128).

Abaixo explicaremos a partir da análise de Geoffrey (1991) de que modo a população (principalmente a rural) foi refém da RENAMO e da FRELIMO. A estruturação do Estado aldeão simultaneamente ao agravamento dos conflitos entre RENAMO e FRELIMO foram responsáveis por remanejar a população pelo país⁷².

A disputa entre esses dois grupos fez surgir três tipos de territórios. As áreas controladas pela RENAMO. As áreas denominadas “no man’s land”, áreas de amortecimento que não possuíam efetivamente um agente de controle, a qual chamaremos de vazio de poder. E, por último, e as áreas governamentais, controladas pela FRELIMO. Entre esses territórios, havia deslocamento e redistribuição forçada da população.

Em *Terra Sonâmbula*, o núcleo narrativo de Muidinga e Tuahir parece se passar nas áreas de vazio de poder, pois não se sabe quem é o agente dos constantes tiros que a dupla ouve ao longo de sua trajetória. Além disso, os personagens encontraram ao longo de suas expedições nas proximidades da estrada outros personagens, também isolados. Como foi o caso de Siqueleto, o último habitante de sua aldeia. Ou a situação constante de solidão e tensão vivenciadas no trajeto da dupla, na estrada. No caso da aldeia é clara a fuga da população, motivo pelo qual o idoso se encontra sozinho.

⁷² Araújo afirma que tanto em relação à redistribuição espacial da população rural quanto a baixa produtividade ocorreram em decorrência de diversos motivos: as calamidades naturais (enchentes e secas) devastadoras, a guerra civil, desabastecimento, a falta de gestores e quadro técnico qualificado nas cooperativas de produção.

Daquele lugar todos se tinham ido embora, por motivo do terror. **Os bandos assaltaram, mataram, queimaram.** A aldeia foi ficando deserta, todos partiram, um após nenhum. A família lhe chamava o pensamento: venha connosco, já toda a gente foi embora! (COUTO, 2019, p.63-64)

Geffray (1991) esclarece a dinâmica entre a RENAMO e a FRELIMO nas aldeias, que ajudam compreender o que Mia Couto quis dizer com “motivos de terror”, além de explicitarem a relação entre a guerra e a expulsão da terra.

Frequentemente, a RENAMO compelia a população a regressar para as áreas de origem [as que tivessem se instalado nas aldeias comunais], destruindo aquilo que a população não poderia carregar e roubavam os produtos raros (animais de criação, roupas, gasolina, isqueiro etc.). Geffray (1991) afirma que houve localidades onde a população foi submetida a esse tratamento de ambos os grupos até sete vezes.

Já o núcleo de Kindzu ocorre nas áreas governamentais. Esse personagem registra o reflexo da evasão populacional nas aldeias que foram impelidas a abandonar suas terras, por motivos de terror. A cena seguir no terceiro caderno de Kindzu, quando ele chega na vila de Matimati, ele se depara com a aglomeração de refugiados acampados na praia:

“O que testemunhei naquela povoação foram coisas sem hábito neste mundo. Gentes imensas se concentravam na praia como se fossem destroços trazidos pelas ondas. A verdade era outra: tinham vindo do interior, das terras onde os matadores tinham proclamado seu reino. Consoante as pobres gentes fugiam também os bandidos vinham em seu rasto como hienas perseguindo agonizantes gazelas. E agora aqueles deslocados se campeavam por ali sem terra para produzirem a mínima comida” (COUTO, 2019, p. 53)

Um tempo depois, quando Kindzu caminha pelo vilarejo, ele percebe que aquelas pessoas haviam se espalhado pelo povoado, sem acolhimento. “Dormiam nas ruas, nos passeios. Por todo o lado, se viam corpos estendidos, esteirados ao sol.” (COUTO, 2019, p. 101). Nas ruas, não faltavam “maltrapilheiros, bêbados e esfomeados” (COUTO, 2019, p. 117).

Outro tipo de mobilidade espacial da população foi apontado por Geffray (1991) e permite outro tipo compreensão do abandono das aldeias por “motivo de terror”, promovido tanto pelas Forças Armadas de Moçambique (FAM) quanto pela RENAMO.

Quando a RENAMO atacava aldeamentos nas áreas governamentais, eles sequestravam grupos de pessoas para transportar os saques dos ataques. Essas pessoas eram chamadas de “trazidos”, geralmente levadas para áreas controladas pela RENAMO, em localidades distantes das originárias das vítimas.

A RENAMO promovia um espetáculo sombrio para forçar a população à dissidência. As torturas e execuções espetaculosas de agentes ou simpatizantes do governo na frente da população moradora das aldeias atacadas (não só as comunais) por eles eram um reforço ao convite e à generalização do medo.

Deste modo, as pessoas eram trazidas para as áreas controladas pelos guerrilheiros, longínquas de seus locais origem (para desestimular a fuga-evasão), em situação de cativo e submetidas a uma espécie de xibalo nos agregados familiares dos territórios dissidentes. Acrescente-se que os prisioneiros e prisioneiras eram inicialmente submetidos às torturas psicológicas pelos integrantes da RENAMO a fim de que compreendessem as consequências da fuga e da “traição”.

Quando as Forças Armadas de Moçambique - FAM, por seu turno, faziam incursões em áreas controladas pela RENAMO, resgatando os cativos, executando de maneira exemplar os “bandidos” – sem autorização dos dirigentes do partido -, essas pessoas eram levadas para as áreas governamentais mais próximas. Ou seja, territórios estranhos para resgatados, os quais dependiam de ajuda humanitária, quando não eram obrigados a se submeter à mesma condição em que se encontravam nos campos da RENAMO.

Essa dinâmica percebida no estudo antropológico de Geffray (1991) condiz tanto com as elucubrações de Kurz, (2005) a respeito das guerras as quais “Estados inteiros decaem”, que se originam no contexto da desertificação econômica do capitalismo insular e geram os “infinitos fluxos de refugiados. Refugiados do terror, do assassinato em massa e dos saques”⁷³ (KURZ, 2005), como veremos no excerto a seguir:

A mesma desertificação econômica que, de um lado, impulsiona grandes massas a procurar sua salvação nos “oásis” de rentabilidade, por outro lado, provoca, nas

⁷³ Infelizmente, no momento da escrita desse trabalho, as populações que moram na província de Cabo Delgado têm sofrido nos últimos cinco anos ataques de grupos armados que se valem desse horror para agir.

sociedades das zonas em colapso, guerras civis sem fim. Quem ainda possui um res-tinho de reserva e de energia, tem a escolha: ou enfrenta o caminho perigoso sobre montanhas, oceanos e fronteiras, para poder, em algum lugar, ainda vender a sua força de trabalho, ou pode juntar-se a um clã armado, um grupo de terror, um bando de saqueadores, uma milícia religiosa ou étnica. Essas duas opções parecem oferecer a única esperança para uma sobrevivência social. (KURZ, 2005)

Como também são contextualizadas por Mbembe (2016) sobre a situação da África durante os últimos 25 anos do século XX. “Na maioria dos lugares, o colapso das instituições políticas formais sob a pressão da violência tende a conduzir à formação de economias de milícia.” (MBEMBE, 2016, p. 141).

Pensando no romance, a guerra era travada “por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado” (personificados no romance por Shetani, Estevão Jonas e Abacar) contra a população usada como escudo “grupos armados que não têm Estado” (os bandidos, a RENAMO), mas que controlam territórios muito distintos e produzem partições territoriais, controlando regiões inteiras “pelo modelo feudal”. (MBEMBE, 2016, p. 142).

Nessa guerra em que “ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias”, o saque e a extração dos recursos são simultâneas às:

(...) tentativas brutais para imobilizar e fixar espacialmente categorias inteiras de pessoas ou, paradoxalmente, para soltá-las, forçando-as a se disseminar por grandes áreas que excedem as fronteiras de um Estado territorial. Enquanto categoria política, as populações são então decompostas entre rebeldes, crianças-soldados, vítimas ou refugiados, civis incapacitados por mutilação ou simplesmente massacrados ao modo dos sacrifícios⁷⁴ antigos; enquanto os “sobreviventes”, depois de um êxodo terrível, são confinados a campos e zonas de exceção.”. (MBEMBE, 2016, p. 141).

5.4 Centros de refugiados ou campo da morte

⁷⁴ Chamamos para o sacrifício enquanto recurso específico de mediação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, utilizados nas sociedades não capitalistas, as quais funcionam a partir do já mencionado princípio transcendental. Muito diferente de um método ritualístico de matar, cujo objetivo do ato seja a morte espetacular em si, para disseminar medo e o horror entre os vivos.

Em *Terra Sonâmbula*, esses espaços de confinamento às vezes chamados de *centro de refugiados-deslocados*, às vezes chamados de *campo de deslocados-refugiados*, ilustram os lugares em que o Estado guardaria os sobreviventes.

Decidimos deixar esse tópico por último por dois motivos. O primeiro é no sentido literário, porque é através da saída de Muidinga e Tuahir do campo de deslocados que o romance se inicia e é depois que Kindzu deixa o campo de refugiados e é assassinado na estrada que o romance termina.

O segundo é no sentido do campo de deslocados como expressão espacial derradeira de desumanização, onde as pessoas são reduzidas a corpos os quais nenhum tipo de instrumentalização é necessária. Lá, depois de todo o horror experimentado na experiência de deslocamento e fuga da guerra, as pessoas estão disponíveis para o exercício da soberania e da política, nos termos de Mbembe (2016).

Esses dois campos apresentados no romance *são articulados*. O primeiro, secreto, destina-se a esconder as crianças e adolescentes dos bandidos, evitando o seu sequestro e a formação das crianças-soldado. O segundo guarda os demais corpos (idosos e mulheres não desejadas pelos soldados), que não servem aos bandidos, nem ao Estado. A similaridade entre os dois é função, são campos de morte.

O velho e o miúdo, respectivamente Tuahir e Muidinga, são vítimas desses fenômenos. Ambos refugiados migrando forçadamente. Ambos sobreviventes. No início do romance, o menino está sem memória e a sua família é o velho que o achou à beira da morte no primeiro campo. Muidinga teria morrido de fome se não fosse por ter comido a mandioca envenenada, sabendo que o alimento o mataria. Segue o trecho em que o autor do romance denuncia a condição do campo de refugiados infantil:

(...) Ihe pediram para ajudar a enterrar seis crianças recém--falecidas. Os corpos estavam numa cabana, por baixo de uma velha lona. Ninguém sabia quem eram, de onde tinham vindo, a que famílias pertenciam. Estavam despidas, suas roupas tinham sido roubadas mal as crianças perderam força para se defenderem. Tuahir ajudou a arrastar os corpos para um buraco. Enquanto puxava pelas pernas frias se admirava daquele peso tão diminuto. Olhava os braços ondeantes como ramos ossudos, esqueletudos, quando reparou com espanto: os dedos de uma das crianças se cravavam no chão. Não havia dúvida, aqueles dedos se agarravam à vida, lutando contra o abismo. Aquela criança ainda respirava. Era a mais clara e a mais raquítica de todas.” (COUTO, 2019, p. 50)

O segundo campo de refugiados é o visitado por Kindzu, onde a maior parte das vítimas do conflito civil ou de calamidades naturais são acomodadas. O personagem deu outro nome para o campo de refugiados, à critério do que presenciou: “campo da morte”, título do décimo caderno, que explicita a condição inacreditável”, um confinamento marcado pelo o mar de “braços mendigos que, por toda a parte, se estendiam: estou a pedir, estou a pedir!” (COUTO, 2019, p. 183):

(...) milhares de camponeses se concentravam, famintos, à espera de xicalamidades. Esperavam era a morte, na maior parte dos casos.” (...)

“De facto, outra coisa era de pasmar a tristeza. O centro se espalhava como ruínas da própria terra, castanhas da cor do chão. Aquela gente dormia ao relento, sem manta, sem côdea, sem água. Se cobriam com cascas de árvores, vegetantes cheios de poeira. (COUTO, 2019, p. 177)

Nos dois campos de refugiados é marcante a condição de fome, em um contexto em que há disponibilidade de distribuição de alimentos. No caso do campo de refugiados visitado por Kindzu, há um armazém de alimentos cheio de comida estragando, como mostra o trecho abaixo:

“Em redor dos sacos, milhares de insetos roubavam comida. Os bichos vazavam o armazém com gulas de gigante. Como era possível? Tanto alimento apodrecendo ali enquanto morriam pessoas às centenas no campo?” (COUTO, 2019, p.183)

Mia Couto faz sua denúncia. Gente passando fome enquanto insetos comem a comida se justifica porque o administrador é quem manda. Estevão Jonas, para melhorar sua imagem junto aos miseráveis deslocados:

“Carolinda ardia em raiva. Seu marido tinha dado as expressas ordens: aqueles sacos só poderiam ser distribuídos quando ele estivesse presente. Era uma **questão de política para os refugiados** sentirem o peso de sua importância. No entanto, o administrador há semanas que não ousava arriscar o caminho para visitar o centro de deslocados. E assim a comida se adiava.” (COUTO, 2019, p. 183)

Essa avarenta e abjeta estratégia política do “administrador” também recaiu sobre o campo de refugiados secreto, que abrigava e, supostamente, protegeria as crianças e adolescentes. Não por acaso, Tuahir precisa enterrar crianças que morreram de fome. É interessante a estratégia do autor em mostrar na ficção que a sociedade em que vive é assolada pela fome e pela miséria, mesmo que tenha alimento e mercadorias disponíveis, como relata o narrador dos diários. E que não era “muito grave roubar o que era destinado aos esfaimados” (COUTO, 2016, p. 106), ainda que as pessoas morressem efetivamente de fome.

Depois, em seu último caderno, Kindzu volta do campo da morte à vila de Matimati e descobre que todos os seus planos deram errado. Por isso, o personagem decide voltar para sua aldeia. Ele se encontra com Assane e descobre que o negócio

que o ex-secretário desejava criar de repente prosperou: “Então, o negócio já se expandira? Afinal, em guerra se pode prosperar mais rápido que em normais tempos de paz. ” (COUTO, 2019, p. 192).

6 CONCLUSÃO

Terra Sonâmbula termina com um adolescente órfão que, após a morte de seu companheiro de jornada, deverá enfrentar sozinho os perigos da guerra civil ainda curso. Não sabemos o que acontece com ele depois, mas sabemos que a guerra continuou. O livro nos conta também que Estevão Jonas (o administrador do Estado socialista) e o colono português Romão Pinto, ressuscitado do mundo dos mortos, aliam-se para recuperar as riquezas acumuladas pelo português no período pré-colonial. Aparentemente ambos se associam também ao ex-secretário para montar uma empresa que acaba por tornar-se próspera, a despeito da generalização da fome e da miséria.

Com efeito, *Terra Sonâmbula* nos ajudou a compreender o fenômeno das migrações maciças socioeconomicamente forçadas e da guerra civil (e seus incontáveis refugiados) no caso particular de Moçambique, sendo ambos produtos da estrutura econômica da sociedade do trabalho, em crise, que se configura enquanto desmobilização da força de trabalho.

Tal crise reflete-se em crise humanitária. Quais serão as novas formas que o capital vai encontrar para acumular às custas da população que foi desenraizada, desestruturada, escravizada, trabalhadora forçada, proletarizada, violentamente coagida para o trabalho, e que passou a ser arremessada para fora do trabalho?

Naquela terra sonâmbula, o *nganga* avisa:

Pois saibam que **os dias que virão serão ainda piores**. Foi por isso que fizeram esta guerra, para envenenar o ventre do tempo, para que o presente parisse monstros no lugar da esperança. (...). Vós vos convertêsteis em bichos, sem família, sem nação. Porque esta guerra não foi feita para vos tirar do país mas para tirar o país de dentro de vós. Agora, a arma é a vossa única alma. Roubaram-vos tanto que nem sequer os sonhos são vossos, nada de vossa terra vos pertence, e até o céu e o mar serão propriedade de estranhos. **Será mil vezes pior que o passado pois não vereis o rosto dos novos donos e esses patrões se servirão de vossos irmãos para vos dar castigo**. Ao invés de combaterem os inimigos, os melhores guerreiros afiarão as lanças nos ventres das suas próprias mulheres. E aqueles que vos deveriam comandar estarão entretidos a regatear migalhas no banquete da vossa própria destruição. E até os miseráveis serão donos do vosso medo pois vivereis no reino da brutalidade. (...). E há-de vir um vento que arrastará os astros pelos céus e a noite se tornará pequena para tantas luzes explodindo sobre as vossas cabeças. As areias se voltarão em remoinhos furiosos pelos ares e os pássaros tombarão extenuados e ocorrerão desastres que não têm nome, as machambas serão convertidas em cemitérios e das plantas, secas e mirradas, brotarão apenas pedras de sal. As mulheres mastigarão areia e serão tantas e tão esfaimadas que um buraco imenso tornará a terra oca e desventrada. No final, porém, restará uma manhã como esta, cheia de luz nova e se escutará uma voz longínqua como se fosse **uma memória de antes de sermos gente**. E surgirão os doces acordes de uma canção, o terno

embalo da primeira mãe. **Esse canto, sim, será nosso, a lembrança de uma raiz profunda que não foram capazes de nos arrancar.** Essa voz nos dará a força de um novo princípio e, ao escutá-la, os cadáveres sossegarão nas covas e os sobreviventes abraçarão a vida com o ingênuo entusiasmo dos namorados. **Tudo isso se fará se formos capazes de nos despirmos deste tempo que nos fez animais.** Aceitemos morrer como gente que já não somos. Deixai que morra o animal em que esta guerra nos converteu. ” (COUTO, 2019, p. 193-194)

Fomos transformados nesse bicho que existe para o trabalho. Quando analisou os processos de migrações maciças socioeconomicamente forçadas e as guerras civis, Kurz (2005) apontou que, em escala global, cada vez mais gente será submetida a esses processos em decorrência do desmoronamento do “sistema mundial de trabalho assalariado de produção de mercadorias” e da impossibilidade desse sistema ser politicamente regulado. Se as zonas de colapso se expandem, logo não haverá mais lugar para fugir.

Então, o que fazer? *Terra Sonâmbula* nos permitiu ter contato com as transformações que decorrem da formação das relações de trabalho e do processo modernização tardia, permitindo-nos elaborar uma interpretação da aniquilação, do fim de muitas sociedades não capitalistas, do fim de muitas sociedades não capitalistas, do fim de muitos mundos, num momento em que a própria sociedade do trabalho está em crise. Contudo, enquanto o capital se mantém como relação social de dominação, sempre haverá acumulação. Ao que tudo indica, conforme afirmou o *nganga*, os dias que virão serão ainda piores.

O desenvolvimento do presente trabalho nos levou a concordar com Kurz (2005). A construção de uma realidade distinta, diferente da atual, será possível se discutirmos e pensarmos outros modos de produção e vida, que não se reduzam à acumulação para a existência do mercado mundial e do Estado nacional. Ou, conforme avisa o *nganga*, se formos capazes de nos despirmos deste tempo que nos fez(faz) animais.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. A. "A problemática pós-colonial em Mia Couto: mestiçagem, sincretismo, hibridez, ou a reinvenção das formas narrativas" In. SIMÕES, Maria João, LARANJEIRA, Pires, XAVIER, Lola Geraldes. Estudos de literaturas africanas: Cinco povos, cinco nações. Coimbra: Novo Imbondeiro* e ILLP, 2006. Pág. 546-554.
- ARAUJO, Manuel G M de. O SISTEMA DE ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE: transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1988. 479 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia Humana, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/handle/123456789/402>. Acesso em: 09 out. 2020.
- BOECHAT, C. A.. A mobilidade do trabalho no Brasil: a recepção da obra de Jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. In: XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2019, Vitória. Anais do XVI SIMPURB. Serra: Milfontes, 2019. v. 01. p. 1197-1216.
- COUTO, M. E se Obama fosse africano? E outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. Terra sonâmbula. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. 199 p. 1ª ed. 7ª Reimpressão.
- DIOGO, R. (2011). Configurações espaciais em Terra sonâmbula. Cadernos CESPUC De Pesquisa Série Ensaio, (18), 72-78. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/2432> Acesso em: 02 fev. 2021.
- FIRST, R. O Mineiro Moçambicano: Um estudo sobre a exportação de mão de obra. UNSPECIFIED. Ruth First Papers Project, Maputo, 1977. Disponível em: <https://sas-space.sas.ac.uk/4140/> Acesso em: 21 jun. 2020.
- FRÓIS, W. B. (2016). Terra sonâmbula, de Mia Couto, em sua dimensão espacial e temporal. Cadernos CESPUC De Pesquisa Série Ensaio, 1(27), 132-142. <https://doi.org/10.5752/10.5752/P2358-3231.2015n27p132> Acesso em: 02 fev. 2021.
- GAUDEMAR, J.-P. de. A Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.
- GEFFRAY, C. A causa das armas em Moçambique: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 160 p. (Paradidáticos. Série Poder).

HEIDEMANN, H. D.; TOLEDO, C. de A.; BOECHAT, C. A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. Estudos Avançados, [S. l.], v. 28, n. 81, p. 55-67, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/83894>. Acesso em: 9 nov. 2020.

HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. Em: Migrações: discriminação e alternativas. pp. 25-39. Serviço Pastoral dos Migrantes. Paulinas. 2004

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993

_____. A ESTÉTICA DA MODERNIZAÇÃO. Da cisão à integração negativa da arte. 2002. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz76.htm>. Acesso em: 02 fev. 2021.

_____. BARBÁRIE, MIGRAÇÃO E GUERRAS DE ORDENAMENTO MUNDIAL: para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz281.htm>. Acesso em: 09 nov. 2020.

_____. Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona. 2014

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Moçambique: memórias sociais de ontem, dilemas políticos de hoje. 2. ed. Lisboa: Gespress, 2010. 353 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/10996>. Acesso em: 15 jul. 2020.

LUXEMBURG, Rosa. A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 516 p.

MALOA, T. M. HISTÓRIA DA ECONOMIA SOCIALISTA MOÇAMBICANA. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10112016-142148/publico/2016_TomeMirandaMaloa_VOrig.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

MANGUEZI, A. MASSACANE: Uma cooperativa de mulheres velhas no sul de Moçambique. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo. 2003. 164p. Disponível em: <http://sas-space.sas.ac.uk/id/eprint/4508> Acesso em: 15 mai. 2020.

MANGUEZI, A. Guijá, Província de Gaza 1895-1977: Trabalho forçado e cultura obrigatória do algodão. O colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência. Entrevistas e canções recolhidas 1979-1981. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo. 2003. 143p. Disponível em: <http://sas-space.sas.ac.uk/id/eprint/4277> Acesso em: 15 mai. 2020.

MUANAMOHA, Ramos Cardoso. TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO DE MOÇAMBIQUE. 1995. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Demografia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

QUEMBO, Carlos Domingos. Poder do poder: Operação Produção e a invenção dos "improdutivos" urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988. Maputo: Alcance. 2017

RENTE, Renata Santos. Região geográfica e o regional na literatura brasileira: a representação do sertão em Guimarães Rosa e os debates sobre a formação do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-19122013-141210. Acesso em: 2021-01-27.

SAMPAIO, T. H. "O comércio colonial português em transformação: o caso do vinho e algodão em Moçambique (1890-1923)". *FACES DA HISTÓRIA*, Assis-SP, v.5, nº1, p. 225-243, jan.-jun., 2018.

SILVA, Ana Cláudia da. O rio e a casa: imagens do tempo na ficção de Mia Couto [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 282 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sx4bj/pdf/silva-9788579831126-03.pdf>. Acesso em:

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológicos da Geografia. 6 ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SOUSA NETO, Julia de. TERRA SONÂMBULA À LUZ DA ANCESTRALIDADE.. 2013. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2013.

TOLEDO, Carlos de Almeida. A região da Lavras Baianas. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-27082008-135058. Acesso em: 2021-01-27.

VIEIRA, Viviane Alves. Os reassentamentos da Vale em Moçambique: um estudo sobre mobilização do trabalho e trabalho supérfluo. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2019.tde-17062019-122733. Acesso em: 2020-11-09.